

Após seis meses, CPI das ONGs deve ser instalada na quarta

Comissão vai apurar denúncias de desvio de recursos públicos e uso político de organizações não-governamentais. Proposta ainda em 2006

por Heráclito Fortes, a CPI foi criada somente no início deste ano e será constituída agora graças a acordo de líderes.

PÁGINA 2

Congresso estuda novas regras para agências

Motivado pela crise aérea, Senado pode votar emenda que define princípios para a atividade reguladora. Já a Câmara discute, em urgência, novas possibilidades de afastamento de dirigentes

PÁGINAS 12 E 13



ROBERTO ASSUNÇÃO/FOLHA IMAGEM

Atendentes de central telefônica: projetos de Roseana Sarney e Expedito Júnior prevêm regras para venda de produtos e pedido de donativos por telefone

Horário para telemarketing pode ser limitado

PÁGINA 3

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

cidadania

Como avaliar os problemas dos filhos na escola

Muitas vezes é preciso aceitar, de forma tranqüila e objetiva, paralisações e retrocessos como parte do aprendizado dos filhos. Neste *Especial Cidadania*, saiba como agir diante de um desempenho escolar insatisfatório.

PÁGINA 20

Esporte carece de políticas públicas

Ausência de incentivos faz com que o Brasil, com uma população de 34 milhões de jovens entre 16 e 24 anos, tenha menos de 100 mil filiados a confederações esportivas.

PÁGINAS 10 E 11

Aberto terceiro processo contra Renan, que revida

Nova representação, apresentada ao Conselho de Ética por PSDB e DEM, trata da suposta compra, pelo presidente do Senado, de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas por meio de “laranjas”. Renan rebate denúncias em Plenário.

PÁGINA 15

Coligação só em pleito majoritário

PÁGINA 4

DEFESA DO CONSUMIDOR Projeto prevê cadastro nacional de quem não deseja receber ligações de vendedores

Projeto coíbe abuso de empresas de telemarketing

Quem nunca ficou à beira de um ataque de nervos com um vendedor que telefona, em pleno domingo, oferecendo um produto? Ou com uma voz do outro lado da linha pedindo um donativo na hora em que você está ocupadíssimo no trabalho? Pois amenizar esses flagelos é o objetivo do relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES), que analisa proposta de Roseana Sarney (PMDB-MA). O projeto (PLS 243/04) define regras para o telemarketing, a fim de coibir abusos e fraudes nesses serviços e implementar o Registro Nacional de Chamadas.

O contato de telemarketing



Casagrande elaborou texto substitutivo para o projeto original de Roseana Sarney

somente poderá ser efetuado no horário das 8h às 18h30, e nunca aos domingos e feriados. Chamadas fora dos horários previstos na proposta somente poderão ser feitas caso o consumidor conceda autorização prévia. As empresas não poderão efetuar chamadas de caráter ofensivo nem usar táticas de constrangimento e coerção.

O projeto proíbe ainda a oferta e a venda de bens e serviços a menores de idade, ressaltando que as advertências sobre montagem e segurança dos produtos precisam ser feitas sempre que necessárias.

A proposta de Roseana veda a divulgação de informações falsas, imprecisas, enganosas, fraudulentas ou ambíguas nas práticas de telemarketing, ocupação definida pelo projeto como "o programa ou campanha na qual a intenção seja induzir à compra de bens e serviços, ou coleta de donativos, mediante ligações telefônicas para residências particulares, sem prévia consulta ou autorização".

O texto está na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Estava pronto para ser votado no colegiado havia duas semanas, mas Casagrande decidiu reexa-

miná-lo a pedido dos colegas de comissão. A matéria também passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa – sem necessidade de ir a Plenário.

Na CCT, Casagrande requereu a tramitação conjunta do projeto com o PLS 123/07, do senador Expedito Júnior (PR-RO), por tratarem do mesmo assunto. A proposta de Expedito Júnior dispõe sobre a oferta de bens ou serviços e a solicitação de donativos de qualquer espécie por meio de chamadas telefônicas. Casagrande defende a rejeição dessa proposta e a aprovação do projeto de Roseana, na forma do substitutivo que deverá apresentar. Isso porque o regimento do Senado dá precedência a projetos mais antigos, quando se trata do mesmo tema.



Mesa de telemarketing em ação: nunca aos domingos, e só no horário comercial

Setor, que emprega 750 mil, teme freio no crescimento

O setor brasileiro de call center, ou atendimento telefônico, emprega um contingente que este ano deverá chegar a 750 mil pessoas, conforme a Associação Brasileira de Telesserviços (ABT). Trata-se de um aumento de 11% em relação aos 675 mil trabalhadores registrados em 2006. O faturamento deverá atingir R\$ 4,5 bilhões neste ano, segundo a ABT.

– Se é verdade que precisa haver regulamentação, um rigor muito grande poderia sufocar um setor que emprega muita gente – diz Luiz Fernando Fauth, consultor legislativo do Senado.

A expansão continuará nos próximos anos, alimentada por fatores como a universalização da telefonia e o fortalecimento das relações de consumo (levando à criação e expansão de serviços de atendimento ao cliente, inclusive nos serviços públicos), a exportação de serviços (centrais fora do país) e a percepção, por parte

das empresas, de que o call center pode ajudar na consolidação e na boa imagem de sua marca.

– Os serviços públicos e empresas estrangeiras interessadas em internacionalizar suas centrais estão entre as principais contratantes em potencial do setor em 2007 – diz Jarbas Nogueira, presidente da ABT.

De acordo com a entidade, os call centers empregam principalmente mulheres e jovens. As mulheres são maioria (76%), segundo dados de uma pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em parceria com a ABT. A entidade estima ainda que 45% dos empregados sejam jovens em seu primeiro emprego.

– O setor é um dos poucos a abrir as portas para mulheres com mais de 40, que querem retornar ao mercado de trabalho – diz Carlos Umberto Allegretti, diretor da ABT.

Cadastro livrará cliente do incômodo

A fim de garantir o direito à privacidade, o projeto obriga a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a incluir nos contratos de concessão com as prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel cláusulas dispoendo sobre a implementação e a manutenção de um Registro Nacional de Chamadas para aqueles que não desejarem receber ligações oferecendo bens e serviços. Na implementação do cadastro, a Anatel será auxiliada pelas empresas telefônicas, que terão de acrescentar dados e atualizar a lista nacional.

Todo indivíduo que não desejar receber chamadas de determinada empresa de telemarketing poderá solicitar a sua inclusão no cadastro, o que poderá ser feito mediante solicitação escrita, por telefone ou via internet às empresas telefônicas ou à própria Anatel. O cadastro informará apenas o

número dos telefones, resguardando a identidade e a privacidade dos cadastrados.

– Esse cadastro é similar ao que já existe nos Estados Unidos e que, em pouco tempo, teve milhões de pessoas cadastradas – diz Luiz Fernando Fauth, consultor legislativo do Senado.

Telemarketing é o programa ou campanha na qual a intenção seja induzir à compra de bens e serviços, ou à coleta de donativos, mediante ligações telefônicas para residências, muitas vezes sem que ocorra previamente uma consulta, aviso ou autorização. Trata-se, portanto, de uma porção do setor de atendimento telefônico, que engloba também serviços como os de assistência ao cliente ou de prestação de contas ao cidadão, no caso de órgãos públicos. O próprio Senado tem um serviço do tipo, o Alô Senado (0800 61-2211).

Raio-X do telemarketing



• O principal setor contratante de call center é o de serviços financeiros, seguido pelos de varejo, telecomunicações, seguros, saúde e editorial ou gráfico.

• Mais da metade dos call centers (76%) foram implantados depois da privatização do setor de telecomunicações no Brasil, em 1998.

1998



• Cerca de 80% das centrais de atendimento estão no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, mas há presença significativa também na região Sul (5%).

• A grande maioria dos atendentes é composta por mulheres (76,8%).



• O tempo médio inicial de treinamento de um atendente é de 4,4 semanas. Nos call centers próprios, essa média é de 5,4 semanas e, nos terceirizados, é de 3,5 semanas.

• Do total de atendentes, 74% têm o 2º grau completo e 22%, curso superior.



Fonte: ABT

*Previsão

Fonte: Associação Brasileira de Telesserviços (ABT)

COMISSÕES



Marco Maciel, presidindo pela primeira vez a CCJ: projeto da fidelidade partidária é próxima etapa

CCJ derruba coligação em pleito proporcional

Em sua primeira reunião sob a presidência do senador Marco Maciel (DEM-PE), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC 29/07) que proíbe as coligações partidárias nas eleições para deputados e vereadores, permitindo tais alianças nas disputas majoritárias (presidente da República, governadores, prefeitos e senadores). A matéria foi aprovada com apenas dois votos contrários, dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Agora, a PEC precisará passar por dois turnos de votação no Plenário, antes de ser enviada à Câmara dos Deputados. Segundo o autor, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a medida vai sanear o quadro partidário, reduzindo a faixa de atuação dos

chamados partidos de aluguel, além de reforçar a identidade e a coesão partidárias.

– Sua implantação tornará mais claro o quadro partidário e mais transparente, sobretudo para o eleitor, a representação política – afirmou Jarbas Vasconcelos.

Para o senador, a medida colocará um fim à formação de alianças eleitorais de mera conveniência, que se fazem para perpetuar certos partidos políticos com propostas “vagas e inconsistentes, dissimuladas para atender a interesses inconfessos”.

No Brasil, o eleitor dá seu voto ao candidato mas, na verdade, argumentou Jarbas, sufraga o partido. O senador lembrou que, em recente decisão, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) chegou mesmo a reconhecer que o mandato pertence ao partido, e não ao indivíduo eleito.

– Permitir a coligação para as

eleições proporcionais significa, então, nas regras vigentes, a dissolução do voto do eleitor em um conjunto amorfo de ideologias e programas partidários. Deve-se assegurar, portanto, que o voto dado nessas eleições seja destinado a uma única agremiação partidária, aquela que apresenta, na livre e consciente avaliação do eleitor, a melhor alternativa da ação política – argumentou o autor da proposta.

Para o relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), a aprovação da PEC fortalecerá a identidade dos partidos políticos. Segundo Jefferson Péres (PDT-AM), a medida oferece uma das mais importantes mudanças introduzidas pela reforma política. Ele disse que o PDT poderá ser muito prejudicado com o fim das coligações, mas nem por isso votaria contra a proposta.

– Não legislo para o PDT, e sim para o país – frisou Jefferson.

Audiência voltará a discutir a reforma política

A reforma política será debatida em audiência pública na CCJ, mas o presidente Marco Maciel assegurou que a discussão não deverá prejudicar a votação das matérias que tratam do assunto em tramitação na comissão.

Para o senador Jarbas Vasconcelos, a solicitação de audiência pública tinha como objetivo impedir a votação das propostas que tratam da reforma política. Na mesma linha, Tasso Jereissati

criticou o requerimento, dizendo que não há mais necessidade de debater um assunto já tão discutido. Maciel garantiu que esse problema não iria acontecer.

O pedido de audiência pública, aprovado na semana passada, é do senador Inácio Arruda, que deseja convidar os presidentes do PMDB, PCdoB e PSDB para o debate.

Inácio Arruda negou que seu requerimento tenha o sentido de

adiar as votações, alegando que seu objetivo é apenas debater o assunto na comissão.

– Entendemos que a presença desses conhecedores da matéria, somada à experiência, ao conhecimento e à diversidade de opiniões dos parlamentares membros desta comissão, poderá resultar em rico debate e proporcionar uma decisão mais bem balizada sobre o tema – justificou Inácio Arruda.

Maciel acelera votação de matérias pendentes

O presidente da CCJ, senador Marco Maciel, anunciou a formação de grupos de trabalho na comissão para acelerar a votação de matérias que interferem na organização constitucional do país, como a regulamentação por leis complementares de dispositivos constitucionais.

Para se ter uma idéia do trabalho que o grupo terá pela frente, um levantamento feito ainda em 1989 pelo falecido ministro da Justiça Oscar Dias Corrêa indicava que 269 dispositivos estavam pendentes de regulamentação.

Outro grupo vai apressar a análise das cerca de 90 comu-

Jefferson Péres classificou de “esdrúxula” tal situação, já que normas julgadas inconstitucionais pela corte continuam em vigência enquanto o Senado não confirmar a declaração.

Ideli Salvatti, que participou de encontro com a presidente do STF, ministra Ellen Gracie, juntamente com os demais integrantes do grupo de trabalho da CCJ que examina alterações no Código de Processo Penal, disse que a ministra manifestou preocupação com a demora na votação dos ofícios. A senadora, que coordena o Grupo de Trabalho para a Reforma Processual

Penal, entregou à comissão sugestões do STF destinadas a aprimorar seis projetos de lei que visam combater a impunidade e a lentidão dos processos judiciais.

Para acelerar os trabalhos, Marco Maciel também sugeriu a anexação de matérias que tratam de temas correlatos. Nesse caso, seria designado um único relator para o conjunto de propostas, para maior economia processual.

Vice-presidente da CCJ, Valter Pereira (PMDB-MS) observou que esse procedimento já vinha sendo adotado com êxito pelo ex-presidente Antonio Carlos Magalhães – que faleceu em julho –, como aconteceu na votação do chamado “pacote antiviolência”.

Regulamentação da Carta Magna e decisões do STF serão as beneficiadas



Ideli Salvatti reuniu-se com a presidente do STF e trouxe sugestões para aprimorar projetos contra a lentidão da Justiça

Brasil recebe imóvel como parte da dívida da Bolívia

A CCJ manifestou-se favoravelmente ao pedido do Executivo para aceitar a doação, pelo governo da Bolívia, de um imóvel hoje ocupado pela embaixada brasileira em La Paz como parte do pagamento da dívida daquele país com o Brasil.

O imóvel, de 2.842m², está avaliado em US\$ 2,09 milhões. A decisão ainda precisa ser referendada pelo Plenário, mas antes passará pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator da mensagem presidencial no colegiado, senador Pedro Simon (PMDB-RS), argumentou, em seu parecer favorável, que a doação do imóvel é

de grande interesse para o Brasil, pois permitirá a ampliação do espaço destinado às instalações da chancelaria da embaixada em La Paz. A doação também representará uma economia anual de aproximadamente US\$ 230 mil em aluguéis.

Pelo acordo entre os dois países, conforme explicação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi firmado um novo contrato de locação por meio do qual o valor do aluguel mensal do imóvel passa a ser de US\$ 1. Esse acordo vigorará durante o período em que ambos os governos tramitarem a documentação para a concretização do negócio ou até o pagamento do valor devido pela Bolívia.

Emenda mantém acesso a dados cadastrais

A CCJ aprovou emenda de Plenário a projeto que especifica quais dados de pessoas e empresas podem ser solicitados aos bancos, para fins de investigação criminal, sem necessidade de autorização judicial. Os dados integram o cadastro dos clientes, entre os quais endereço, número de contas bancárias, registro de identidade e telefones.

Com a emenda, a autoridade policial responsável continua autorizada a requisitar os dados, como previa o PLS 140/07, mas assume a obrigação de mantê-los sob sigilo – sob pena de responder criminalmente em

caso de vazamento ou uso fora das finalidades previstas.

A emenda, de Ideli Salvatti (PT-SC), recebeu parecer favorável do relator, Jarbas Vasconcelos, que a modificou para retirar a possibilidade de requisição das informações em processos na esfera administrativa.

Prevaleceu o entendimento de que o acesso às informações cadastrais já ajudaria na aceleração das investigações, pois, de posse delas, o investigador – se necessário – ganha celeridade para pedir a quebra do sigilo financeiro propriamente dito. Os bancos sempre se negaram

a fornecer tais dados, sob a alegação de que também estariam protegidos pelo sigilo.

O projeto de lei, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), foi aprovado em abril na comissão, em meio a grande discussão. Havia o receio de que o acesso aos dados pudesse comprometer a privacidade e a segurança de pessoas físicas e empresas.

Mudanças foram feitas para restringir o acesso basicamente às informações cadastrais, ficando de fora qualquer outra que pudesse revelar a movimentação financeira.

COMISSÕES CAE aprova projeto que elimina entraves burocráticos à abertura de novos negócios no Brasil



Senadores Edison Lobão e Aloizio Mercadante, na reunião da CAE: projeto agora segue para o Plenário

Empresas poderão ser criadas em 15 dias

Projeto de lei da Câmara acolhido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá reduzir para 15 dias o processo de registro das empresas, eliminando custos, prazos e entraves burocráticos. O objetivo é estimular investimentos e a formalização de atividades econômicas. O projeto segue para exame do Plenário, de onde vai à sanção presidencial, caso aprovado.

O PLC 115/06 cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que padroniza as normas para o registro das pessoas jurídicas em nível nacional. O texto original, do deputado Francisco Rodrigues, compilou vários projetos com o objetivo de reduzir a burocracia para abertura, incorporação, cisão e fusão de empresas, bem como para a alteração do capital societário.

A Redesim será integrada por órgãos federais (entre os quais a Receita Federal), estaduais (secretarias de Fazenda e juntas comerciais) e municipais envolvidos no processo de registro. O texto estabelece uma única entrada de dados, para evitar a duplicidade de processos e a burocracia, permitindo a abertura de empresa em 15 dias.

Estarão sujeitas a vistoria prévia para autorização de funcionamento somente as empresas que atuam com atividades de alto risco. A comprovação da regularidade fiscal dos sócios também não será mais cobrada no ato da inscrição da empresa, mas fica mantida a responsabilidade de cada um por eventuais débitos.

Sibá vê incentivo ao crescimento econômico

Em seu parecer favorável, o relator Sibá Machado (PT-AC) ob-

servou que a proposta do Redesim reforça iniciativas já aprovadas recentemente no Senado e por ele consideradas fundamentais para o país: as zonas de processamento de exportação, por descentralizar as oportunidades econômicas, e o Supersimples, por simplificar a cobrança de tributos para micro e pequenas empresas.

– Com essas três leis nós temos, de fato e de direito, condições de promover o desenvolvimento equilibrado do país – afirmou.

Na mesma reunião, a CAE decidiu pela realização de um debate, com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre o projeto (PLS 56/04) do senador Tião Viana (PT-AC) que visa ampliar o número de estados e municípios contemplados com o pagamento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Senadores cobram fim da burocracia

O Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Sistematização do Senado, criado no final de 2005, destacou em seu relatório final um estudo do Banco Mundial que situou o Brasil na 119ª posição, entre 155 países, quanto à facilidade para abrir um negócio. O empreendedor brasileiro precisa enfrentar 17 etapas burocráticas para montar uma empresa, processo que demanda, em média, 152 dias. Os integrantes do grupo, senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Rodolpho Tourinho (DEM-BA), Delcídio Amaral (PT-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Ramez Tebet (PMDB-MS), acrescentaram que as dificuldades se multiplicam na hora de encerrar um negócio.

Tendo em vista o reduzido prazo previsto para conclusão dos trabalhos e a necessidade de adoção de iniciativas práticas e efetivas, o grupo de trabalho ateu-se ao estudo mais aprofundado da burocracia existente no processo de formalização de empresas com base em estudos como o do Banco Mundial.

No que diz respeito às sugestões apresentadas, o relatório

apoiou o envio, pelo Poder Executivo, do anteprojeto de lei que estabelece diretrizes para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, a Redesim (veja reportagem acima).

O anteprojeto incluiu medidas importantes para sanar as principais reivindicações de micro e pequenos empresários em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas. Contemplou, inclusive,

Haja carimbo!

O Brasil é um dos países onde o processo de abertura de uma empresa é mais demorado. Veja uma comparação feita pelo Banco Mundial em 2005 levando em conta o tempo gasto, em média, com os trâmites burocráticos

País	dias
Austrália	2
Estados Unidos	5
Itália	13
Chile	27
Argentina	32
China	48
México	58
Brasil	152
Moçambique	153
Haiti	203

muitos aspectos que integram a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (em vigor neste ano), bem mais abrangente, por envolver aspectos relacionados ao tratamento tributário favorecido a essas pessoas jurídicas (Supersimples).

– Em face da alta complexidade dos sistemas atuais, que contribuem enormemente para o aumento da burocracia no país, entendemos como prioritário criar condições políticas e apoiar todos os esforços no sentido de acelerar a aprovação das reformas tributária e trabalhista – concluiu o relatório.

Com acordo, pregão eletrônico vai a votação

Com cerca de 20 modificações em relação ao texto aprovado na Câmara, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) promete entregar à CAE nesta segunda seu relatório ao projeto que amplia o uso de pregão eletrônico na contratação de obras e serviços de órgãos públicos (PLC 32/07), que foi fruto de acordo na semana passada.

O projeto já passou pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Se aprovado na CAE, segue para o Plenário e, em seguida, retorna à Câmara, que deverá se manifestar em relação às alterações feitas no Senado.

Na reunião entre o relator, os líderes e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo fivou confirmado o aumento em dez vezes (de R\$ 340 mil para R\$ 3,4 milhões) do limite máximo do valor de obras de engenharia a serem licitadas via internet, proposta inicialmente na CCJ.

BNDES capta US\$ 1 bi para financiar microempresas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi autorizado pela CAE a fazer empréstimo de US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar micro, pequenas e médias empresas. O Plenário ainda precisa deliberar sobre o assunto.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), ao discutir a mensagem presidencial solicitando a autorização, defendeu a criação, dentro do BNDES, de uma diretoria exclusiva para tratar dos créditos a micro e pequenas empresas. Assim, explicou, o banco poderia repassar diretamente os recursos – como os liberados pelo BID –, sem precisar da intermediação de bancos privados, que “já têm lucros extraordinários”.

– Os bancos pagam taxas módicas ao BNDES, mas ao emprestar às micro e pequenas empresas cobram taxas de mercado – assinalou. A sugestão foi defendida também por outros parlamentares, como os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Delcídio Amaral (PT-MS).

O presidente da comissão, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que convidará o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, a explicar ao Senado a atuação da instituição no que se refere à concessão de empréstimos às micro e pequenas empresas.

O objetivo da proposta, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é tornar mais transparente e agilizar as licitações para obras e serviços, com redução de preços e baixa possibilidade de fraudes.

Nessa modalidade de licitação, é reduzida a possibilidade de conluio entre os participantes, pois eles se apresentam pela internet, em total sigilo. Além disso, nem o pregoeiro fica conhecendo os concorrentes.

– O projeto que vai sair do Congresso estará bem melhor que o projeto original – admitiu o ministro Paulo Bernardo, após a reunião com líderes.

Eduardo Suplicy concordou em aceitar emendas que limitem a assinatura de aditivos entre os órgãos públicos e as empresas vencedoras dos leilões. Também serão reduzidos os prazos que governo e empresas têm quando há recursos contra resultados de leilões.

A princípio, disse Mercadante, tal audiência poderá ser realizada daqui a duas semanas.

Por meio de outra operação de crédito autorizada pela CAE, o governo federal poderá captar US\$ 150 milhões junto ao Banco Mundial para compor as reservas internacionais do país e para saldar compromissos externos.

O relator, Neuto de Conto (PMDB-SC), explicou que os recursos compõem o chamado Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento

Sustentável com Equidade – Competitividade II e deverão ser repassados ao governo brasileiro até 31 de dezembro.

Na mesma reunião, a CAE autorizou outro empréstimo do BID (US\$ 16,1 milhões), para o financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico do Brasil (Interlegis II), a ser executado pelo próprio Senado.

As duas autorizações também precisam ser analisadas pelo Plenário.

Dívida de Rondônia será debatida

A CAE decidiu também debater o refinanciamento da dívida de Rondônia com o governo federal, em especial os débitos do banco estadual (Beron) e da Rondônia Crédito Imobiliário S.A. que foram agregados à rolagem da dívida, medida que vem sendo contestada por liderança do estado.

Proposta amplia limite para licitação de obras de engenharia

COMISSÕES



Relatada por Marco Maciel (C), proposta incentiva investimentos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Prioridade da Caixa para três regiões

A promoção do desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pode ser a prioridade na aplicação dos recursos financeiros administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF), como o dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A determinação consta de projeto (PLS 455/03) apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) e aprovado por unanimidade, na quinta-feira, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O parecer favorável a essa decisão

coube ao senador Marco Maciel (DEM-PE).

O projeto estabelece ainda que a Caixa passará a conceder, em proporções crescentes, empréstimos e financiamentos a taxas subsidiadas para as três regiões.

Pela proposta, no mínimo 45% dos recursos administrados pela Caixa deverão ser destinados a projetos e financiamentos nas três regiões.

Na hipótese de haver recursos não tomados pelos estados, eles deverão permanecer à disposição das respectivas regiões.

Para Patrícia Saboya (PSB-

CE), o projeto, caso venha a ser transformado em lei, terá grande impacto positivo nas três regiões, com benefícios diretos para toda a população.

Marisa Serrano (PSDB-MS) concordou, enfatizando que, comparativamente às demais regiões, já desenvolvidas, Norte, Nordeste e Centro-Oeste precisam de maior volume de recursos para se desenvolver.

A proposta segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) onde será votada em decisão terminativa – o que dispensa a votação em Plenário.

CDR recria a Sudesul, extinta em 1990

O parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) obteve a aprovação da CDR a projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que recria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) – criada em 1967 e extinta em 1990.

O órgão terá sede em Porto Alegre (RS) e a sua área de atuação abrangerá os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (PLS 261/07), conforme determina a proposta.

A exemplo de entidades similares – como as superintendências do Desenvolvimento do Nor-

deste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) –, a principal meta da Sudesul será a promoção do desenvolvimento sustentável da região Sul do país.

Segundo Paim, durante a existência da Sudesul, o órgão fundamentou ações governamentais e orientou as atividades do setor privado.

O projeto vai agora à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

A comissão decidiu ainda aprovar requerimento do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) solici-

tando uma audiência pública com o presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, para debater as aplicações dos recursos administrados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Outro requerimento aprovado, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), pede a realização de audiência pública para discutir o turismo para pessoas com deficiência. A reunião deverá ser realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). As datas dos dois debates ainda serão marcadas.

Aprovada a criação de dez ZPEs

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou oito projetos de criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) em dez municípios brasileiros. As propostas seguem agora para exame pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As áreas favorecidas pelos projetos são: municípios de Macapá e Santana, ambos no Amapá (PLS 306/07), por iniciativa de José Sarney (PMDB-AP); Guajará-Mirim, em Rondônia (PLS 349/07), por projeto de Valdir Raupp (PMDB-RO); Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul (PLS

364/07) e região norte do estado do Rio Grande do Sul (PLS 366/07), ambos por iniciativa de Paulo Paim (PT-RS); município de Bacabeiras, no estado do Maranhão (PLS 377/07), por proposta de Roseana Sarney (PMDB-MA); município de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul (PLS 382/07), por projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS); municípios de Rorainópolis e Caracaraí, no estado de Roraima (PLS 391/07), por projeto de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); e município de Campina Grande, na Paraíba (PLS 418/07), por proposta de Cícero Lucena (PSDB-PB).

A comissão examinou ainda o projeto (PLS 69/07) de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que visa favorecer os municípios cumpridores do Estatuto da Cidade por meio de benefícios da União para a execução de programas sociais, em especial nas áreas de saneamento, infra-estrutura, habitação, transportes e mobilidade urbana.

Cícero Lucena pediu vista da matéria, por entender que a falta de parâmetros para a outorga dos selos aos municípios cumpridores do Estatuto da Cidade abre caminho para que ocorram influências político-partidárias.

Comissão reduz idade para saque do PIS-Pasep

A permissão de saque no fundo de participação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) foi reduzida de 70 para 60 anos de idade pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Na última quinta-feira, ao aprovar projeto de lei apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a comissão também decidiu que essa permissão deve ser estendida aos trabalhadores portadores de deficiência e aos idosos que recebam benefício de prestação continuada.

Emenda nesse sentido foi feita pela relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), à proposta original. O projeto (PLS 216/07) ainda depende de decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de ser submetido ao exame da Câmara dos Deputados.

Mesquita Júnior avaliou que a redução, em dez anos, da idade mínima para o saque do PIS-Pasep é medida importante, já que a expectativa de vida do brasileiro é de 71,9 anos – no Nordeste, chega a 69 anos.

O senador Flávio Arns (PT-PR) lembrou que o idoso, embora tenha assegurado, por leis específicas, atendimento integral, universal e gratuito à saúde, ainda precisa comprar os próprios remédios. Mas muitas pessoas idosas enfrentam problemas financeiros e inúmeras dificuldades, especialmente no

que diz respeito à compra de medicamentos.

Criação de agência será mais debatida

A criação da Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, prevista em projeto (PLS 50/05) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), teve sua votação adiada a pedido da relatora, Patrícia Saboya (PSB-CE), que atendeu a solicitação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) por um debate maior sobre o assunto.

Patrícia disse que já elaborou parecer favorável à aprovação da proposta e explicou que o projeto será reexaminado, pois algumas atribuições que ficariam a cargo da agência já estão sob a responsabilidade do Conanda. A relatora informou ainda que Cristovam Buarque concordou em discutir com o Conanda uma alternativa para a proposta.



Antes da Câmara, projeto de Paulo Paim ainda será examinado pela CAS

Isenção para adicional de frete continua em debate

Proposta para ampliar o prazo de isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), no caso de mercadorias cuja origem ou destino sejam as regiões Norte ou Nordeste, esteve no centro dos debates na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na última quinta-feira.

O relator, Sibá Machado (PT-AC), pediu mais tempo para novo exame da sugestão (proposta que pode ser transformada em projeto de lei da própria comissão, caso venha a ser acolhida).

A proposição (SUG 1/07) foi encaminhada ao colegiado pela Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe). O senador César Borges (DEM-BA) discordou do entendimento do relator. Conforme Sibá, o pleito da Fiepe já havia sido atendido em medida provisória transformada no Projeto de Lei de Conversão 12/07, encaminhado à sanção presidencial em maio. César Borges observou que a proposta foi atendida de

forma parcial: além de o prazo ter ficado limitado a cinco anos, a dispensa só se aplica às mercadorias movimentadas na navegação de cabotagem, na costa brasileira. No seu parecer, o próprio relator confirma que ficou de fora a navegação de longo curso, que engloba importações e exportações, disse.

Como o adicional de frete destina-se ao incentivo da indústria naval, concentrada no Sudeste, César Borges acredita que a cobrança transfere recursos de regiões mais pobres para a mais rica. E critica: "A posição do relator reflete a posição de governo de que é preciso engordar o adicional de frete marítimo e, portanto, que o Nordeste tem que dar agora sua contribuição".

A isenção do adicional para o Norte e o Nordeste acabaria neste mês, daí César Borges ter proposto, em 2006, a renovação da isenção por mais dez anos. Ele defendeu a sugestão da Fiepe, sem objeção ao fato de ela passar a tramitar com seu projeto, em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

COMISSÕES



O presidente da CE, Cristovam Buarque, entre os dois convidados para o debate, Ronaldo Teixeira (E) e Ronaldo Lessa: debates sobre o PAC da Educação resultarão em documento ao presidente

Educação como arma contra a violência

Dois especialistas, representando os ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego, discutiram em audiência pública na Comissão de Educação (CE) programas e projetos de suas pastas voltados para a melhoria da educação no país. Este foi o oitavo de 12 encontros para debater idéias e propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – o chamado PAC da Educação. Do ciclo de audiências resultará um documento com sugestões a ser enviado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos ministros da Educação, da Fazenda e da Casa Civil.

Ronaldo Teixeira da Silva, chefe de gabinete do Ministério da Justiça, destacou ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do qual é secretário-executivo. Entre as metas do programa está a concessão da chamada bolsa-formação a

policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários. O objetivo, disse, é a prevenção, o controle e a repressão da criminalidade.

– Na verdade, nós queremos formar uma inteligência jamais vista antes entre os policiais e demais profissionais de segurança pública – afirmou.

Incentivo à formação profissional do preso

Segundo Teixeira da Silva, profissionais de educação, assistência social e segurança pública e lideranças da sociedade civil também deverão ser beneficiados pelo Pronasci nas ações de enfrentamento à violência e ao uso de drogas. Para o jovem que está em sistema penitenciário, o programa também oferece cursos de alfabetização, aceleração e elevação de escolaridade por meio de educação profissional, além de aulas preparatórias para o

Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

O projeto de criação do programa, que ainda será analisado pelos senadores, é retirar um dia de pena para cada 18 horas estudadas em três dias diferentes, explicou Teixeira, que destacou ainda programas voltados para a área de esporte e cultura, todos destinados não só à formação educacional de presidiários, mas também àqueles que, após o cumprimento de suas penas, retornam ao mercado de trabalho.

Já o secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Ronaldo Lessa, informou que, atualmente, o principal papel do ministério é o de qualificar o cidadão para o mercado. Segundo Lessa, entre as prioridades da pasta estão combater o trabalho infantil e conscientizar o empresariado de que oferecer cursos aos funcionários é um investimento necessário, e não um gasto sem retorno.

Governo poderá retirar urgência da proposta sobre estágios

Após apelo do presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Ronaldo Lessa, anunciou que o governo poderá retirar a urgência do projeto de lei (PLC 44/07) que regulamenta o estágio de estudantes de instituições de ensino médio, superior e profissional. Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto tem prazo para ser votado simultaneamente na CE e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) até 24 de agosto e, no Plenário, até 2 de setembro.

– Se for aprovado como está, haverá prejuízo do ponto de vista educacional, pois o projeto transforma o estágio em emprego – alertou Cristovam.

Lessa prometeu levar o assunto ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e propôs uma audiência pública com especialistas do ministério, do Senado e de outros órgãos para aprofundar a discussão da proposta.

Senadores propõem uso do FAT como ferramenta

Durante o debate, os senadores defenderam maior investimento do governo na conscientização dos brasileiros sobre a importância da educação. Augusto Botelho (PT-RR) afirmou que, por si só, a educação já é uma importante ferramenta de combate à violência e à desigualdade social, além de propulsora da economia. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ressaltou que faltam também programas governamentais voltados para a conscientização da população com relação à importância da educação como instrumento de desenvolvimento humano.

Marisa Serrano (PSDB-MS) sugeriu o direcionamento dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para um projeto integrado de educação para alunos do ensino médio.

Pré-escola só terá 30 alunos por turma, define projeto aprovado

Turmas com crianças de cinco e seis anos de idade devem ter, no máximo, 30 alunos, e contar com dois professores regentes – ou um professor regente, se forem formadas por até 18 alunos. A implantação da medida será feita de forma gradual em toda a rede de ensino, nas seguintes proporções: 30% em 2008; 50% em 2009; 70% em 2010; e 100% em 2011.

Esse é o teor do projeto (PLS 277/07) de Flávio Arns (PT-PR) aprovado pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa, com modificações feitas pelo relator, o ex-senador Wilson Matos.

A comissão decidiu ainda realizar audiência pública com a presença do ministro do Esporte, Orlando Silva, sobre os Jogos Pan-Americanos realizados recentemente na cidade do Rio de Janeiro.

O pedido foi feito pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Ideli Salvatti (PT-SC).

Decisão sobre rádio digital sai só ano que vem

O alto custo previsto para transmissores e receptores e os seus reflexos sobre as pequenas emissoras e os ouvintes de menor poder aquisitivo foram os principais temas da segunda audiência pública sobre a implantação do rádio digital no Brasil, promovida na última quarta-feira pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e presidida por Wellington Salgado (PMDB-MG).

O conselheiro José Carlos Torves, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, considerou “precipitada e arriscada” a intenção do governo de anunciar em breve o padrão do sistema brasileiro de rádio digital.

Ele alertou que a digitalização pode custar entre US\$ 80 mil e US\$ 120 mil, o que tornaria a operação inviável para pequenas emissoras comunitárias. Além disso, os aparelhos receptores poderão custar até R\$ 300.

O superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkar Minassian, anunciou que até o final do ano serão apresentados ao governo os resultados de testes feitos com diversos padrões de rádio digital. A escolha do

governo será tomada depois da análise desses testes.

O presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul (Ceitec), Sérgio Souza Dias, informou que o centro tem condições de desenvolver projetos de alguns dos circuitos integrados usados em rádio digital. Ele disse que aguarda apenas a definição do padrão nacional para iniciar as pesquisas.

Os dois primeiros senadores a participarem do debate, Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Romeu Tuma (DEM-SP), defenderam a democratização do mercado nacional de rádio. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a atuação do Ceitec na produção de tecnolo-

gia nacional, mas demonstrou preocupação com o impacto da implantação do rádio digital sobre pequenas emissoras.

Cícero Lucena (PSDB-PB) avaliou que não se pode pensar na adoção do novo sistema sem “preocupação com o custo”. Augusto Botelho (PT-RR) também alertou para a possibilidade de o alto preço inviabilizar a adoção do rádio digital no Brasil.

– As rádios analógicas poderão continuar existindo ainda por muitos anos – previu o senador.

Senadores se preocupam com preço elevado dos receptores de rádio digital



Wellington Salgado (C) preside reunião: conferência em setembro discutirá convergência tecnológica nas comunicações

Após denúncia, venda da TVA será discutida em audiência

A operação de venda da empresa de televisão a cabo TVA para o grupo espanhol Telefônica, que atua na área de telecomunicações em São Paulo, será discutida em audiência pública da CCT, conforme requerimento de Marcelo Crivella (PRB-RJ), aprovado pela comissão.

Na terça-feira, em Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou denúncias já apresentadas por ele na semana passada de que teria havido irregularidades na operação de venda da TVA pelo grupo Abril, dono da revista *Veja*, que vem publicando diversas denúncias contra o senador. A operação seria contrária à legislação brasileira em vigor.

– A necessidade de apuração

do caso tornou-se um consenso depois da denúncia apresentada por Renan. É preciso que a comissão se pronuncie – disse Crivella.

Deverão ser ouvidos o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg; o conselheiro Plínio de Aguiar Júnior, da Anatel; e os presidentes dos conselhos diretores da TVA e da Telesp.

O presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), anunciou a realização, de 17 a 19 de setembro, da Conferência Nacional Preparatória de Comunicações – Uma nova política para a convergência tecnológica e o futuro das comunicações.

COMISSÕES

Endividados, cacauzeiros pedem ajuda

Em audiência pública sobre a crise da lavoura cacauzeira da Bahia, realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), vários senadores pediram maior atenção do governo federal com o setor, além de solicitar melhores condições para o pagamento das dívidas dos agricultores. Segundo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os produtores de cacau baianos têm um passivo estimado em mais de R\$ 700 milhões.

O senador César Borges (DEM-BA), que propôs a audiência, defendeu a renegociação das dívidas, destacando que ele próprio é um cacauicultor e provém

de uma família de produtores de cacau. Também se manifestaram favoravelmente à renegociação o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, João Martins da Silva Júnior, e os senadores Jonas Pinheiro (DEM-MT) e Kátia Abreu (DEM-TO).

João Martins disse que essas dívidas aumentaram, entre outros fatores, devido às taxas de juros cobradas. Já César Borges argumentou que os investimentos feitos pelos cacauicultores na tentativa de desenvolver outros tratamentos culturais (diferentes daquele afetado pela praga da vassoura-de-bruxa) foi uma das razões para a expansão dos débitos.

O diretor-geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira, Gustavo Costa de Moura, afirmou que há estudos no Ministério da Agricultura prevendo recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a lavoura cacauzeira.

– Mas isso ainda não está formalizado – ressaltou.

César Borges criticou a ausência do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, na audiên-

cia, já que ele havia sido convidado para fazer palestra.

No final dos anos 80, os agricultores do setor já enfrentavam a queda dos preços internacionais do cacau quando surgiu a praga da vassoura-de-bruxa, causada por um fungo, que arrasou boa parte das plantações locais – concentradas no sul do estado. E o país, que durante muito tempo foi o segundo maior produtor mundial desse fruto,

impulsionado pela Bahia, figura atualmente entre a quarta e a quinta posição.

Devido a essas e outras dificuldades, a produção do estado, que se aproximou das 400 mil toneladas em meados dos anos 80, caiu para cerca de 123 mil toneladas entre 1999 e 2000. Na safra de 2005/2006, a produção foi de aproximadamente 172 mil toneladas.

Convidado, ministro não foi

O senador César Borges criticou a ausência do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, já que ele foi convidado para ser um dos palestrantes sobre a crise do cacau.

– [Comparecer] é o mínimo que se pode fazer – disse César Borges, para quem a ausência de Stephanes “é uma desconsideração para com esta comissão e a

situação da lavoura cacauzeira”.

Kátia Abreu foi outra a criticar o governo federal, afirmando que o Executivo não dispensa a devida atenção à agricultura do país. Ela ressaltou, no entanto, que “o problema não é apenas deste governo, mas dos passados também”. Quanto à renegociação de dívidas, ela afirmou que Stephanes “tentado ajudar, e muito”.



Moura (E), da Ceplac; Girabis Ramos, da Secretaria de Defesa Agropecuária; e Neuto de Conto

Para especialistas, reciclar lixo gera renda e economia

A reciclagem gera renda para catadores e recicladores, ajuda na preservação do meio ambiente e acaba por economizar recursos públicos, ao diminuir a quantidade de lixo com o qual as prefeituras têm que lidar, concluíram na última quarta-feira os participantes de debate promovido pela Subcomissão Temporária sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O técnico de assuntos ambientais da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Rodrigo Dias, afirmou que um dos principais problemas ambientais no Brasil é a falta de continuidade dos projetos devido à mudança periódica de governantes, principalmente nas prefeituras, e também a falta de preparo técnico dos gestores municipais.

Ele explicou que a CNM auxilia os municípios a organizar e a manter um Programa de Gestão Ambiental, que tem por base a criação de um conselho e de um fundo municipal de meio ambiente e a adequação da legislação local.

ONG auxilia cooperativas

O diretor da organização não-governamental Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), André de Vilhena, explicou que a ONG – patrocinada por dezenas de grandes empresas que atuam no país – tem por objetivo ajudar o Brasil a desenvolver o setor de reciclagem.

Vilhena fez um panorama da coleta seletiva de lixo no Brasil e informou que existem mais de 800 mil catadores espalhados pelo país, e cerca de 500 cooperativas cadastradas no Cempre, que

promove parcerias com essas entidades para auxiliá-las a superar suas principais dificuldades: necessidade de assistência social, de área para instalação de máquinas e equipamentos (prensa, balança, equipamentos de segurança), de capacitação técnica e de financiamentos. De acordo com ele, o número de municípios brasileiros que realizam a coleta seletiva passou de 135 em 1999 para 327 em 2006.

O diretor da Cempre também informou que o Brasil recicla 20% dos plásticos descartados (algo em torno de 281 mil toneladas por ano); 47% das garrafas PET (174 mil toneladas) e 96,2% das latas de alumínio (127 mil toneladas).

Em 2005, disse Vilhena, 11% do lixo urbano brasileiro foi reciclado (5,8 milhões de toneladas de lixo reciclado), número que colocou o Brasil como o sexto país que mais reciclou em 2005, atrás da Suécia (40% do lixo urbano reciclado), dos Estados Unidos, Espanha e França (os três com 25%) e Reino Unido (15%). Existem cerca de 2.361 empresas de reciclagem, catadores e sucateiros no país.

Respondendo ao senador Cícero Lucena (PSDB-PB), Vilhena frisou que a carga tributária inibe o crescimento da reciclagem no Brasil. Ele sugeriu a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos de material reciclado; redução do Imposto de Renda pago pelas empresas recicladoras e redução do ICMS na venda de materiais recicláveis.

Petrobras explicará compra da Suzano

A compra da Suzano Petroquímica pela Petrobras será tema de audiência pública na Comissão do Meio Ambiente (CMA), conforme requerimento do senador César Borges (DEM-BA) aprovada na terça-feira.

A aquisição, de acordo com o senador, repercutiu perante a opinião pública, o Congresso e os meios de comunicação, por ter sido considerada uma tentativa de reestatizar o setor petroquímico. Com a compra da Suzano, afirma César Borges, a Petrobras dominará toda a cadeia de produção do setor.

Segundo o senador, há grande inquietação na Bahia, por temor de que os investimentos petroquímicos da Petrobras se concentrem no Sudeste, em detrimento do Pólo Petroquímico de Camaçari (BA).

Deverão ser convidados para o debate o ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner; o presidente da Petrobras, Sérgio

Gabrielli; e representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Associação Brasileira da Indústria Petroquímica.

A proposta foi considerada oportuna por Marconi Perillo (PSDB-GO), pois em sua opinião é preocupante que uma empresa de segurança nacional como a Petrobras realize “negócios dúbios”.

Na pauta, importância da energia nuclear

A CMA decidiu também debater em audiência a importância da energia nuclear para a matriz energética do Brasil, por requerimento de Sibá Machado (PT-AC). Para essa audiência, está prevista a participação dos ministros de Minas e Energia, Nelson Hubner, e do Meio Ambiente, Marina Silva, além do presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Gonçalves.

Alternativa para a exclusão

Em seu depoimento, a presidente da Cooperativa Granja Julieta (da cidade de São Paulo), Márcia Abadia Martins, afirmou-se orgulhosa de ser catadora, mas destacou que “ninguém nasce catador”.

– Virei catadora pela exclusão do mercado de trabalho. Foi o que nos restou, limpar a cidade – disse Márcia.

Ela informou que os catadores conseguem de R\$ 400 a R\$ 1.800 mensais com a atividade, tendo os associados às cooperativas uma renda média maior. Márcia informou que dentro das cooperativas existem catadores de 18

a 75 anos, a maioria mulheres, e reclamou do preconceito da população e dos governantes contra os catadores.

Em resposta ao senador Cícero Lucena (PSDB-PB), a catadora e presidente da Cooperativa Granja Julieta ressaltou que a categoria precisa de uma legislação adequada, pois a lei que rege o cooperativismo está defasada e precisa de alterações.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou a importância da subcomissão e frisou que os lixões acabam por trazer riscos à saúde da população das cidades.



Debate sobre reciclagem: Márcia (E), da Cooperativa Granja Julieta; Vilhena, da Cempre; senador Cícero Lucena; e Dias, da CNM

COMISSÕES

Marinha pode acabar, diz comandante

O poder naval brasileiro poderá desaparecer até 2025, se até lá não houver novos investimentos em equipamentos. O alerta foi feito na quinta-feira pelo comandante da Marinha, Julio Soares de Moura Neto, em audiência promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O comandante apresentou um quadro “real e difícil” da situação da Marinha, que neste ano deverá receber aproximadamente R\$ 550 milhões a menos em recursos

orçamentários do que o “desejável para atender a suas necessidades mínimas”. Para manter a Marinha em funcionamento em 2007, disse Moura Neto, seriam necessários R\$ 1,84 bilhão, mas o Orçamento da União destina à Força R\$ 1,49 bilhão e apenas R\$ 1,28 bilhão deverá efetivamente ser liberado até o final do ano.

– A crônica escassez de recursos, ao longo de tantos anos, acumulou sérias demandas e levou-nos a um crítico estado de degradação e obsolescência

material, de vulnerabilidade estratégica e de redução de atividades, sem precedentes na história contemporânea da nação – afirmou.

Dos 21 navios que compõem a esquadra, informou, 11 encontram-se imobilizados e dez operam com restrições. Entre as aeronaves, das 23 existentes, 21 estão imobilizadas e duas operam com restrições. Apenas um dos cinco submarinos da esquadra está em perfeito funcionamento.

O Programa de Reaparelhamento da Marinha requer um

investimento de R\$ 5,8 bilhões de 2008 a 2014. As prioridades são a construção de submarinos e navios-patrolha e a aquisição de helicópteros. Uma das soluções, observou, seria o fim do contingenciamento dos recursos que devem ser destinados à Marinha segundo as Leis do Petróleo. Até o fim de 2006, citou, R\$ 2,6 bilhões em *royalties* já haviam sido contingenciados.

Moura Neto demonstrou otimismo em relação ao Orçamento para 2008. A proposta elaborada

pelo Ministério da Defesa, informou, prevê a destinação à Marinha de R\$ 2,1 bilhões no próximo ano, “o suficiente para dar início ao Programa de Reaparelhamento e retomar o desenvolvimento do programa nuclear, que precisa de R\$ 130 milhões anuais”.

Na mesma reunião, a CRE definiu que vai solicitar ao Ministério das Relações Exteriores os documentos produzidos pelo Centro de Informações no Exterior (Ciex), ligado ao ministério, entre os anos de 1965 e 1985.

Falta de investimentos preocupa senadores

Após falar das dificuldades enfrentadas pela Marinha, o comandante da Força recebeu a solidariedade dos senadores durante a audiência na CRE.

Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou necessário “alertar o Brasil” para os problemas apontados por Moura Neto. Augusto Botelho (PT-RR), por sua vez, salientou que as plataformas de produção de petróleo precisam ser protegidas de possíveis ataques terroristas. Flexa Ribeiro

(PSDB-PA) lembrou o trabalho de apoio às populações ribeirinhas da Amazônia.

Marcelo Crivella (PRB-RJ), Edison Lobão (DEM-MA), Mão Santa (PMDB-PI), Paulo Duque (PMDB-RJ), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Heráclito Fortes (DEM-PI) também manifestaram preocupação com a falta de investimentos nas Forças Armadas.

FOTOS: JANE ARAÚJO



Senadores assistem apresentação do comandante da Marinha: orçamento curto e acúmulo de demandas

Papel do Legislativo contra o aquecimento

A realização do seminário “Aquecimento global e responsabilidade do Poder Legislativo – Estabelecimento de práticas ambientais inovadoras”, entre os dias 28 e 30 deste mês, é o destaque na programação da agenda da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. O evento será promovido em parceria com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

O encontro, que ocorrerá na Câmara, contará com a presença dos ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Marina Silva (Meio Ambiente) e Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia), além de parlamentares brasileiros e da Alemanha, Inglaterra, África do Sul, Uruguai, Canadá e Japão. Foram convidados também pesquisadores e autoridades internacionais no assunto.

Na opinião do senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator da

comissão mista, “temos muito o que aprender, especialmente na área de combustíveis alternativos”. O presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), acrescentou que o seminário é aguardado desde o início dos trabalhos do órgão.

Também ficou definido na semana passada que os efeitos do aquecimento na Amazônia e no bioma Cerrado são alguns dos temas dos próximos debates no colegiado.

Relatório parcial deve sair em setembro

Casagrande informou que o segundo relatório parcial dos trabalhos da comissão deverá ser concluído em setembro. E acrescentou que o documento trará uma proposta clara sobre a política de mudanças climáticas para o país, que oriente as ações de governo nessa área.

CUT defende redução da jornada de trabalho

Os representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) na última terça-feira defenderam uma pauta de reivindicações com 15 itens, com destaque para a redução da jornada de trabalho sem redução de salário; a manutenção do veto à Emenda 3 ao projeto da Super-Receita; a garantia de negociação coletiva no serviço público; e o fim do fator previdenciário. Eles foram apoiados pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Artur Henrique da Silva, presidente da CUT nacional, salientou que os sindicatos e a central defendem a elaboração de uma agenda do desenvolvimento econômico “que permita um crescimento com parâme-

tros definidos, sustentabilidade, distribuição de renda e respeito aos direitos do trabalhador”.

O presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), Carlos Alberto Grana, propôs a retomada do debate sobre a ratificação da Convenção 58, pois enquanto o trabalhador europeu permanece em média dez anos no mesmo emprego, o brasileiro fica apenas três anos e meio. Já o presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM), Milton Viário, quer a redução progressiva da jornada de trabalho e a conseqüente abertura de novos postos de trabalho como forma de valorizar a retomada da produção.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) avaliou que não será fácil sensibilizar os empresários para as reivindicações.

Ministro apóia campanha pela PEC da Saúde

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, manifestou apoio à campanha “SUS – Essa luta é nossa! EC 29, regulamentação já”, iniciada pelo PT na semana passada.

A Emenda à Constituição 29, conhecida como PEC da Saúde, visa estabelecer normas de cálculo do montante mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, entre outras medidas.

Participaram do ato o senador Tião Viana (PT-AC), autor do projeto de lei complementar que regulamenta a emenda; e os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP); da CUT, Artur Henrique da Silva; e do PT Nacional, Ricardo Berzoini; além da representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Arlete Sampaio.

Mesquita Júnior preside representação do Mercosul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul será um “grande foro” de discussão a respeito da integração continental, prometeu o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), eleito na última terça-feira presidente do colegiado.

Os deputados George Hilton (PP-MG) e Claudio Diaz (PSDB-RS) foram eleitos primeiro e segundo vice-presidentes.

Também na terça, o vice-presidente brasileiro do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), anunciou que as migrações, a

situação das pequenas e médias empresas e a composição das dez comissões permanentes do Parlamento do Mercosul será um dos temas da quinta sessão ordinária do órgão, a ser realizada em 3 e 4 de setembro, em Montevideu.

Cada um dos quatro atuais sócios do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – deverá contar com duas comissões. As outras, que caberão à Venezuela, sócio em processo de adesão, deverão ficar provisoriamente com dois dos países membros.



Zambiasi (E), que presidiu a representação da extinta Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, dá posse a Mesquita Júnior

“Brasil deve divulgar o Mercosul”

Em palestra durante a aula inaugural do curso “Fundamentos da Integração Regional: o Mercosul”, na última quarta-feira, o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), afirmou que o Brasil deve assumir a liderança na divulgação do processo integracionista.

Na opinião de Efraim, é natural que o Senado brasileiro, que dispõe de uma infra-estrutura de ponta na área da informática e de recursos humanos, tome a dianteira quando se trata de informar e de oferecer cursos

sobre o assunto.

Para a comunicação entre os instrutores e os cem alunos inscritos no curso a distância, serão usados os mais avançados recursos de comunicação em vídeo, áudio e texto via internet. Os alunos foram selecionados entre servidores dos legislativos federal, estaduais e municipais do Brasil e dos países membros do Mercosul.

Também participaram da aula inaugural os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

POLÍTICAS PÚBLICAS Ao contrário de países como EUA e Cuba, Brasil sofre com a falta de investimentos no setor

Por que o esporte nacional não decola

É comum as pessoas se perguntarem por que o Brasil, com uma população próxima aos 190 milhões, é superado em termos de desempenho olímpico por nações muito menos populosas como Austrália, Coreia do Sul ou Hungria – para não falar, naturalmente, de Cuba.

A resposta é, a um só tempo, simples e complexa. De forma resumida, pode-se atribuir à falta de investimentos e de uma política de Estado voltada para a massificação da prática desportiva – a quantidade facilitaria o surgimento da qualidade. Mas a verdade é que, em um país com tantas deficiências estruturais e alarmantes índices de pobreza e violência, muitos, erroneamente, ainda não vêem o esporte, e toda a sua dimensão educacional, como uma prioridade.

A população brasileira tem cerca de 34 milhões de pessoas entre 16 e 24 anos, mas o número de atletas filiados às diversas federações e confederações esportivas não alcança os 100 mil. No ano passado, segundo o Ministério do Esporte, foi avaliado o potencial de 100 mil alunos matriculados no ciclo básico de ensino, por meio do programa Descoberta do Talento Esportivo. Em um universo de 20 milhões, é apenas 0,5%. Para dar uma idéia, nos Estados Unidos a Confederação de Atletismo reúne sozinha 70 mil participantes em seus torneios anuais para crianças de dez a



Adolescentes disputam corrida: país não tem uma política de Estado que viabilize a prática esportiva como parte da formação educacional

18 anos.

Essa gritante diferença se explica por um conjunto de fatores e realidades: precária condição econômica da maioria das famílias, ausência ou inadequação de locais para treinamento e mesmo inexistência de orientadores capazes de fazer com que esses jovens descubram seus talentos e possam desenvolver seu potencial. Sem esquecer dos baixíssimos índices de investimento dos governos no esporte em parte integrante do processo de formação do indivíduo.

Nos EUA, na emergente China,

na Rússia, em Cuba ou em qualquer outro país com expressivos resultados olímpicos, o esporte é intrinsecamente vinculado à educação. É nas escolas e, depois, nas universidades que se forjam os futuros campeões. Pelo menos em termos teóricos, o governo federal já se conscientizou desse fato.

– Eu não acredito que o Brasil se desenvolva como potência esportiva se nós não vincularmos o esporte à educação. Esporte e educação é uma associação estratégica. Cuba e EUA são dois países com sistemas políticos, eco-

nômicos e ideológicos diferentes, mas têm potencial esportivo por causa da associação entre esporte e educação – declarou o ministro do Esporte, Orlando Silva, durante os últimos Jogos Pan-Americanos, em julho.

Alheio a essa óbvia constatação, o Brasil construiu seus resultados recentes atropelando as etapas apropriadas de uma verdadeira política nacional para o setor. Passou, sem escalas, da indigência do desporto escolar para as conquistas no esporte de alto rendimento (como o vôlei), onde entram em cena as grandes

empresas e os patrocinadores milionários – mesmo assim, para um punhado de equipes e modalidades.

Ainda sob o efeito dos resultados alcançados nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, o **Jornal do Senado** pretende mostrar, nesta e nas duas próximas edições, o que o país está fazendo para modificar essa realidade.

Na próxima semana: os programas federais em andamento e um histórico da evolução do modelo esportivo brasileiro.

Dinheiro chega, mas só para equipes de ponta como a de vôlei

Diogo Silva, um jovem negro brasileiro, subiu ao pódio dos Jogos Pan-Americanos 2007 para receber a medalha de ouro que ganhou no *tae-kwon-do*. Para chegar lá, gastou todas as economias pessoais em treinamentos fora do país. Seu exemplo de superação é apenas a prova viva de que o modelo esportivo nacional, torto de nascença, só produz campeões e heróis de forma aleatória.

Os talentos que surgem e são, quase que por milagre, descobertos padecem para florescer em meio à falta de locais de treinamento, orientação adequada e incentivo, em especial suporte financeiro. Para dar uma idéia, da delegação brasileira com mais de 670 atletas que participou do Pan Rio 2007, apenas 39 eram contemplados pelo programa Bolsa-Atleta do Ministério do Esporte. A maioria dispõe de patrocínios pessoais ou das confederações.

Já foi pior, é verdade. Desde 2002, com a aprovação da chamada Lei Piva-Agnelo (10.264/01), 2% da verba das loterias federais são destinados às federações esportivas brasileiras. Na definição do Comitê Olímpico Brasileiro, sua implementação “representou o maior volume de recursos já destinados ao desenvolvimento do esporte olímpico no país”.

Com o dinheiro, implantou-

se a mentalidade da “seleção permanente”, cujos exemplos mais visíveis são os do vôlei e da ginástica artística. Muitas confederações – basicamente, as de maior visibilidade e retorno de mídia – puderam investir na criação de centros de excelência. Patrocínios fortes, de estatais como Petróbras, Caixa Econômica Federal ou Correios, somaram-se aos rendimentos obtidos pela transmissão dos eventos pela TV. A Confederação Brasileira de Vôlei, por exemplo, recebeu no ano passado R\$ 1,6 milhão em direitos, porém o patrocínio do Banco do Brasil rende R\$ 20 milhões anuais.

Na definição do jornalista e pesquisador Henrique Nicolini ao jornal *Folha de S. Paulo*, o Brasil ainda não passou do extrativismo à agricultura na gestão do esporte.

– O grande atleta brasileiro não é plantado e colhido, nasce como flor silvestre – observou Nicolini.

Com esse raciocínio concorda o próprio presidente da República:

– Nós nunca tivemos o esporte como uma política séria. Sempre nos colocamos à mercê dos heróis que surgem do anonimato. Apareceram Adhemar Ferreira da Silva nas décadas de 50 e 60, João do Pulo na década de 70,



Acima, Diogo no pódio depois de ganhar medalha de ouro no Pan; ao lado, Lula e o ministro Orlando Silva

até que surgiram os profissionais do vôlei na década de 80, que trabalharam para que as glórias de hoje fossem conquistadas – afirmou Lula ao assinar, no último dia 4, a regulamentação da Lei de Incentivo ao Esporte, na qual o governo deposita suas fichas para mudar rapidamente esse quadro.



POLÍTICAS PÚBLICAS Norma permite que patrocínios e doações para projetos esportivos sejam deduzidos do IR

Nova lei pode injetar R\$ 350 mi no esporte

Regulamentada no início do mês, a Lei de Incentivo ao Esporte (11.438/06) – aprovada pelo Congresso em 2006 e modificada por uma MP votada no Senado em abril deste ano – permite que patrocínios e doações para projetos esportivos sejam deduzidos do Imposto de Renda devido por empresas e pessoas físicas (até o limite de 1% e 6%, respectivamente). A expectativa é que o esporte, com isso, seja irrigado com R\$ 350 milhões anuais.

– Chegou a hora de colocar o esporte como política pública séria neste país. Algo que até hoje não havia sido feito. As empresas patrocinadoras só investem em atletas com lucro garantido. A nova lei mudará esse pensamento – disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a prometer fazer do país uma potência olímpica nas próximas décadas.

Pelo que determina a lei, nenhum atleta profissional poderá ser beneficiado pelas formas de incentivo, já que a idéia é investir na base. Ela poderá incentivar projetos nas regiões do Brasil onde as atividades esportivas têm menos apoio e estimulará a prática de modalidades pouco conhecidas.

Faltam espaço e equipamentos adequados, segundo o IBGE

No último estudo disponível, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atesta o que qualquer profissional da área de educação física sempre soube: faltam espaços e equipamentos adequados para a prática esportiva no país. E os poucos que existem estão concentrados nas regiões mais ricas. Os esportes com bola, nesse ponto, dão de goleada em relação às demais modalidades, como atletismo, natação ou ginástica.

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2003, enquanto 54,2% dos municípios brasileiros tinham ginásios e 27,7% possuíam estádios de futebol, apenas 1,1% das cidades brasileiras dispunham de complexos aquáticos. Acredite se quiser: no Brasil inteiro, existiam apenas 14 complexos aquáticos e 18 piscinas recreativas sob administração de prefeituras ou governos estaduais.

O IBGE registrou a existência

– Queremos fortalecer a formação de novos atletas. Vamos apoiar o atleta que não tem patrocínio. Esse é nosso objetivo – afirmou o ministro do Esporte, Orlando Silva Júnior.

Para se tornar realidade, a lei precisou, antes de qualquer coisa, vencer as desconfianças do setor artístico e cultural, que temia perder os atuais incentivos fiscais para os poderosos concorrentes esportivos. Por isso, logo após aprovada, a lei teve de ser mudada, uma vez que previa um

limite de 4% para incentivos englobando os esportes e as áreas de projetos vinculados aos conselhos dos direitos das crianças e adolescentes, ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e às atividades audiovisuais.

– A saída foi vetar os artigos da lei que tratavam do incentivo de empresas ao esporte, com a imediata edição da medida provisória fixando em 1% do Imposto de Renda devido o limite de dedução de incentivos concedidos por empresas a atividades esportivas e paraesportivas. Mantive-se, assim, a separação entre recursos para o esporte e para a cultura – explicou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora da MP aprovada em abril.

Atletas profissionais não serão beneficiados. O alvo é a base

Pesquisa descobriu complexos aquáticos em 1,1% das cidades

de 412 quadras poliesportivas estaduais ou municipais no país, das quais 274 na região Centro-Oeste. Desse total, 246 ficavam no Distrito Federal.

Pouco mais da metade (58,1%) das escolas públicas estaduais possuíam instalações esportivas, porém o quadro é bem mais grave quando se analisam as escolas públicas municipais: 88% delas não tinham instalações em 2003. Para piorar, o desequilíbrio regional nesse quesito é muito mais acentuado. Se 27,9% das escolas da região Sul tinham espaços de prática desportiva (nem que seja apenas uma simples quadra de futsal), no Nordeste esse número cai drasticamente: 4,4%.

No curto prazo, não se devem esperar alterações drásticas. A mesma pesquisa do IBGE revelou que os recursos aplicados na função “desporto e lazer” pelos governos estaduais representam apenas 0,09% das despesas totais.



Senadores comemoram aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte, em dezembro do ano passado

O que prevê a regulamentação

- ▶ Os projetos candidatos aos benefícios da lei serão analisados por uma comissão técnica coordenada pelo Ministério do Esporte e composta por seis membros, dos quais três representantes governamentais e três dos setores desportivos, indicados pelo Conselho Nacional do Esporte.
- ▶ Os projetos aprovados pelo ministério terão seus recursos depositados diretamente para a entidade responsável.
- ▶ Fica proibida a cobrança de qualquer valor aos beneficiários de projetos que recebam incentivos.
- ▶ As entidades requerentes não poderão utilizar recursos do incentivo para projetos relacionados ao esporte profissional (onde o atleta possua contrato formal de trabalho com clube ou equipe).
- ▶ Os projetos de esporte educacional, voltados à prática de atividades desportivas, deverão ter como inscrites pelo menos 50% de estudantes de escolas públicas.

Opiniões sobre a Lei de Incentivo ao Esporte (*)

“Essa lei vai ajudar muito na formação social das crianças e dos jovens por meio do esporte, pois vai abrir novos horizontes. Ela ajudará o Brasil a ser um país mais esportivo, e com isso mais saudável e equilibrado socialmente. E é importante lembrar que não vai beneficiar os atletas profissionais.”



Hortência – Basquete

“O esporte merece, sim, ter uma lei como essa por tudo o que ele pode contribuir para o país. Tirando o futebol, que caminha com as pernas próprias, as demais modalidades precisam de um apoio como esse. Isso precisa sair do papel, ser bem regulamentado e virar realidade.”

Robert Scheidt – Vela

“Hoje em dia é complicado ter o incentivo das empresas. Só o futebol tem patrocínios, e o esporte não é só o futebol. O que vai se beneficiar [com a lei] é o bom projeto. O esporte beneficia social e educacionalmente de várias maneiras a população.”

Gustavo Borges – Natação

“A lei trará um alento ao esporte nacional. Com mais verba, o esporte poderá planejar melhor o trabalho a ser desenvolvido, projetando positivamente o futuro. A falta de recursos limita muito o trabalho dos nossos atletas.”

Robson Caetano – Atletismo

“Será um marco na história do esporte brasileiro. Parece que só agora resolveram entender que investir em esporte é o mesmo que investir em saúde e educação. Mais do que isso, é apostar numa empresa com garantias de lucro. Será bom para todos. Teremos mais competidores ao lado.”

Rebeca Gusmão – Natação

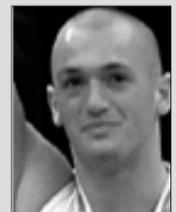
“Se a gente pensa em ter uma nação desenvolvida, é preciso investir em educação, saúde e esporte. É uma atividade de fundamental importância para a população. Essa lei vai dar o suporte que sempre faltou.”

Rogério Sampaio – Judô

“Essa lei permitirá a parceria entre os setores público e privado, com as empresas investindo nos vários setores do esporte, e o governo incentivando esses investimentos. É uma lei que abrange o esporte educacional, o esporte de base, e será decisiva para a inclusão social a partir do esporte e a formação dos atletas.”

Lars Graell – Vela

“As empresas vão se interessar em apoiar mais o esporte brasileiro, carente de recursos. Com essa lei, e o aumento do patrocínio esportivo no Brasil, acredito que os atletas brasileiros terão mais condições de se manterem competitivos por mais tempo.”



Diego Hypólito – Ginástica artística

(*) Opiniões extraídas do manifesto dos atletas favoráveis à aprovação da lei, divulgado em dezembro de 2006.

REGULAÇÃO Falta de acordo impede aprovação da Lei Geral das Agências Reguladoras, que tramita há três anos

Redução de poderes das agências gera polêmica

Não é somente a ampliação dos casos em que será possível a demissão dos diretores das agências que causa polêmica no projeto do governo para a Lei Geral das Agências Reguladoras. A retirada da competência das agências de concederem serviços públicos e a assinatura de um contrato de gestão entre a agência e o respectivo ministério são dois pontos do PL 3.337/04 que causam tanta controvérsia que, nos mais de três anos de tramitação inviabilizaram qualquer acordo para encaminhar mudanças sem interferir na autonomia das agências.

Com o retorno das concessões para os ministérios, as agências serviriam para fiscalizar os setores econômicos a que se dedicam e a implementar as políticas definidas em lei e pelo Executivo, inclusive por meio do contrato de gestão. O instrumento, de acordo com o governo, serviria para harmonizar a ação das agências com as políticas setoriais, com critérios e metas para a avaliação do trabalho. A desobediência de indicadores de desempenho e gestão poderia levar até mesmo à destituição da diretoria da agência.

Na semana passada, na Câmara, o ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner Moreira, defendeu a separação entre o poder concedente e a fiscalização do setor de energia. Já o diretor-

geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, entende que o papel das agências reguladoras deve ser executar a política do setor e fiscalizar as empresas.

Os mecanismos sugeridos pelo governo Lula, porém, são acusados de serem desenhados para cercear a autonomia das agências. Para o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) José Mário Abdo, os contratos de gestão estabeleceriam subordinação hierárquica das agências aos ministérios, condicionando a destinação de

recursos orçamentários a metas. Em audiência pública no Senado, ele informou ainda que, de acordo com o Banco Mundial, apenas a Tanzânia e o Peru prevêem tal mecanismo em lei.

Delcídio Amaral (PT-MS), que foi ministro de Minas e Energia, também faz restrição ao contrato de gestão. “Essa é a posição majoritária do Senado. É preciso não engessar, não burocratizar demais as agências, e produzir resultados pífios”, observa.

Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, vai mais longe: “Não podemos esquecer que o governo é concorrente do setor privado em alguns setores como o de energia, o que lhe tira a legitimidade para fazer as licitações”.

Debate sobre projeto não distingue os dois modelos

Na discussão sobre a Lei Geral das Agências Reguladoras não vem sendo feita a distinção entre dois modelos de autarquias públicas, igualmente chamadas de agências: as reguladoras e as executivas. Enquanto a primeira tem autonomia e independência administrativa, técnica e financeira, a segunda exerce um papel predeterminado, sem autonomia, cumprindo contratos de gestão. As definições fazem parte de estudos, leis e decretos sobre esses órgãos.

O ex-ministro e economista Luiz Carlos Bresser Pereira, no livro *A reforma do Estado dos anos 90: Lógica e mecanismos de controle*, publicado em 1997, entende que as agências reguladoras são mais autônomas do que as executivas, porque não existem para realizar políticas de governo, mas para dar conta de uma função mais permanente: garantir mercados competitivos e qualidade de serviços.

Já a publicação *O Estado numa era de reformas*, editada pelo Ministério do Planejamento em 2002, menciona que as agências reguladoras possuem uma base regular e independente de financiamento, com base na cobrança de taxas dos setores regulados. Enquanto isso, as agências executivas seriam as sucessoras das antigas autarquias e fundações.

A expectativa e a concentração de poderes em torno das primeiras agências criadas entre 1996 e 1997 – as agências nacionais de Energia Elétrica (Aneel), de Telecomunicações (Anatel) e do Petróleo (ANP) –, segundo a publicação de 2002, atraiu o interesse de diversos ministérios.

Em 1998, decretos presidenciais (2.487 e 2.488) definiram os critérios para elaboração e avaliação dos contratos de gestão e os procedimentos para qualificar autarquias e fundações públicas como agências executivas, diferentes das reguladoras.



As filas são uma das muitas reclamações dos usuários de prestadoras de serviços regulados por agências

Delcídio quer melhorar funcionamento

“Não podemos permitir que as agências reguladoras deixem de ser órgãos de Estado para ser de governo.” A advertência foi feita pelo senador Delcídio Amaral (PT-MT) ao lamentar o fato de o acidente envolvendo o avião da TAM no aeroporto de Congonhas ter provocado “uma verdadeira guerra sem trincheiras” contra os órgãos reguladores, sobretudo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Segundo Delcídio, os problemas que ocorrem em algumas agências não devem servir como base para o questionamento da sua existência. Ele anunciou que apresentou proposições visando melhorar o funcionamento desses órgãos. Uma delas aumenta o nível de exigência da qualificação profissional do indicado para diretor.

Delcídio também deu entrada em projeto estabelecendo a realização de audiências públicas periódicas para que o Senado possa sabatar dirigentes de agências e avaliar seu trabalho. Outros assuntos abordados nas diversas proposições que apresentou são o contingenciamento de recursos para as agências e alterações no formato da sabatina, pelo Senado, dos indicados.

– Estamos “fulanizando” nossas discussões. Elas estão ocorrendo na base da emoção. Muitas vezes alguém que não fez a lição de casa, não estudou, emite opinião. O pior de tudo isso é que o investidor que deseja aplicar no país, quer seja nacional, estrangeiro ou até estatal, com essa barafunda toda, fica com um pé atrás. Ninguém vai querer colocar dinheiro em infra-estrutura

com medo do que está para vir.

Heráclito Fortes (DEM-PI) concordou que a crise no setor aéreo está sendo usada para tentar desmoralizar as agências reguladoras, que oferecem credibilidade ao país no exterior.

– Temos que aperfeiçoar o modelo e retirar os incompetentes que ocupam cargos nas agências. Existem brechas na lei que permitem isso. Só é preciso o governo ter coragem para tomar essa providência.

Nesse sentido, Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou o fato de o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, estar sendo substituído por um “político derrotado recentemente em eleição”, referindo-se ao ex-deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF).

CAS aprova indicados para saúde suplementar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou por unanimidade as indicações do médico e pesquisador Hésio de Albuquerque Cordeiro e do médico especialista em terapia intensiva Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para cargos de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Cardoso já é diretor da ANS desde 2004 e agora está sendo reconduzido. As indicações ainda devem ser votadas em Plenário.

Hésio Cordeiro, que pesquisa políticas de saúde, medicamentos e epidemiologia, e sua relação social, afirmou que vai trabalhar para melhorar o atendimento aos mutuários, por meio da permanente fiscalização de setor, para evitar a concentração excessiva de mutuários em poucas operadoras. Ele também pretende garantir a segurança financeira dos planos de saúde e reforçar sua articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS) para que as façam ressarcimento do atendimento prestado pelo sistema. Segundo Cordeiro, somente 52



Patrícia Saboya, ao lado de Alfredo de Almeida Cardoso (E), Hésio Cordeiro e Rosalba Ciarlini, dirige reunião da comissão

operadoras concentram 50% dos beneficiários, quando existem 482 operadoras de planos de saúde no Brasil.

Cardoso, especialista em regulação de mercados e cooperativismo, declarou ter os mesmos objetivos listados por Cordeiro e destacou a necessidade de regulação dos planos de saúde, que atualmente têm 46 milhões de beneficiários, com arrecadação de R\$ 41 bilhões, em 2006.

De acordo com ele, seu maior desafio à frente da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras será, respeitando o marco legal, planejar um modelo que combata a excessiva concentração de mutuários em operadoras gigantes, por meio do estímulo à concorrência.

Flávio Arns (PT-PR) manifestou preocupação com os reajustes dos planos de saúde, sempre o dobro da inflação, nos últimos cinco anos. Lembrou que em 2006, com inflação de 2,4%, o reajuste dos planos foi de 5,7%.

Já a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) levantou a questão de mutuários de planos de saúde que chegam, em situação de emergência, num hospital e não recebem tratamento porque a instituição não tem convênio com seu plano de saúde.

Augusto Botelho (PDT-RR) manifestou sua preocupação com o reembolso dos atendimentos feitos pelo SUS no caso dos pacientes que têm plano de saúde.

CRISE AÉREA Para ex-presidente da Infraero, transferência de cargas para Ribeirão Preto é lesiva ao Estado



Depoimento de José Carlos Pereira (E) na CPI é acompanhado por Demostenes, Casagrande e Denise Abreu

Brigadeiro nega acusação contra diretora da Anac

Ao participar de acareação na CPI do Apagão Aéreo, o brigadeiro José Carlos Pereira, ex-presidente da Infraero, considerou “lesiva aos interesses do Estado” a transferência do terminal de cargas dos aeroportos de Guarulhos (SP) e Viracopos (Campinas) para o aeroporto de Ribeirão Preto (SP), mas negou acusações contra a diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Denise Abreu, publicadas pelo *O Globo* no início de agosto. Segundo o jornal, Pereira afirmou que Denise teria feito *lobby* para “beneficiar um amigo empresário” que administra o aeroporto de Ribeirão Preto.

O brigadeiro destacou que o aeroporto, hoje internacionalizado, é do estado de São Paulo e seu terminal de cargas foi privatizado, pertencendo à empresa Tead. Segundo informou, há problemas ambientais que impedem vôos internacionais no local.

Questionada sobre a transferência, Denise Abreu disse ser

favorável à manutenção do recebimento de cargas internacionais em São Paulo, mas opinou que a melhor solução seria a realização de obras em Viracopos.

A diretora da Anac disse que considerou “caluniosas” as afirmações de José Carlos Pereira publicadas por *O Globo*. Frisou não ser amiga do proprietário da empresa Tead e garantiu que ele nunca esteve na Anac para se encontrar com ela.

Na opinião do ex-presidente da Infraero, uma possível transferência de cargas para o aeroporto de Ribeirão Preto acarretaria perda expressiva para a estatal. De acordo com ele, esse setor rendeu à Infraero, em Congonhas e Viracopos, até meados de 2007, mais de R\$ 250 milhões.

– Existiu a internacionalização e há enorme interesse em levar a carga para Ribeirão. E o interesse principal é do indivíduo que

ganhou a licitação [para operar o terminal] – disse Pereira.

Ideli Salvatti (PT-SC) questionou os motivos pelos quais um aeroporto regional como o de Ribeirão Preto foi internacionalizado e sugeriu que isso seja investigado.

Denise Abreu informou que a portaria da Aeronáutica determinando a internacionalização foi

assinada em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para Sérgio Guerra (PSDB-PE), o fato de não existir outros aeroportos regionais internacionalizados

não indica que “esteja errado”.

Para o relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), a retratação do brigadeiro não encerra as investigações. O colegiado, observou, solicitará cópia da licitação para a privatização do aeroporto de Ribeirão Preto a fim de analisar se houve favorecimento.

Privatização do aeroporto de Ribeirão Preto será investigada

CPI discute desvio de bens de vítimas no acidente da Gol

Em reunião da CPI do Apagão Aéreo na última terça-feira, quando foram analisadas denúncias de desaparecimento de bens de vítimas do acidente com o Boeing da Gol em 2006, Demostenes Torres disse que o objetivo da CPI nessa questão é “esclarecer a situação no que for possível” e pediu ajuda da Polícia Federal para essa tarefa.

Diante de familiares de vítimas do acidente e do brigadeiro Jorge Kersul Filho, oficial da Aeronáutica responsável pela operação de coleta e guarda dos pertences pessoais dos passageiros do avião acidentado, o senador avaliou que em todo evento, por mais que ocorram acertos, também há os erros.

Jorge Kersul lembrou que as equipes de busca concentraram seus esforços no resgate de corpos e de destroços da aeronave, importantes para a elucidação das causas do acidente. Ele ressaltou que os pertences das vítimas, cobrados por parentes, não foram procurados no momento

das operações.

Na reunião, a advogada Carla Coelho, designada pela Gol para acompanhar a operação de coleta e guarda dos pertences das vítimas do acidente, afirmou que, legalmente, a restituição de pertences foi feita pela Aeronáutica e que os bens resgatados foram catalogados e descontaminados de acordo com normas internacionais.

A presidente da Associação dos Familiares das Vítimas do Vôo

1907 da Gol, Angelita Marchi, apresentou relatos de diversos casos de sumiço de pertences de pessoas que morreram no acidente e solicitou a “apuração do desaparecimento dos objetos e punição dos responsáveis”.

A mãe de uma vítima, Ana Maria Spínola, pediu à CPI para depor e agradeceu o trabalho da Aeronáutica, “o único órgão que sempre esteve presente dando informações às famílias das vítimas”.



Audiência reúne Angelita Marchi (E) e Ana Maria Espíndola, parentes de vítimas do vôo 1907, e a advogada da Gol Carla Coelho

“É preciso investigar as empresas aéreas”

De acordo com o ex-presidente da Infraero, o acidente com o avião da Gol, em 2006, fez o país examinar a questão do controle aéreo, e o recente acidente com o avião da TAM lançou os olhos do Brasil para as questões de infra-estrutura.

– Falta agora levantar o tapete das empresas aéreas – observou.

Questionado pelo relator da CPI, senador Demostenes Torres, sobre o que isso queria dizer, Pereira disse que o país está dissecando o tráfego aéreo e a infra-estrutura e que agora deveria investigar as empresas aéreas.

– Tem que haver um trabalho muito sério em relação a isso – sugeriu.

O brigadeiro pediu ainda a criação, “com a maior urgência”, de um plano aeroviário para o

Brasil. Para ele, se não for tomada tal providência, situação como as ocorridas “vão se repetir”. Pereira afirmou que é preciso antecipar “o acidente iminente e a desgraça futura”.

Mário Couto (PSDB-PA) questionou por que motivo José Carlos Pereira não agiu antes do acidente com o avião da Gol se sabia que havia problemas no controle aéreo nacional. O ex-presidente da Infraero informou que não tinha atuação no controle aéreo, apenas na administração aeroportuária. Mas salientou que é preciso agir.

– Se isso [acidentes com aviões] acontecer de novo, seremos criminosos. Acidentes aéreos não podem se repetir. Se um erro de projeto levar um piloto a cometer erro, outro piloto cometerá o mesmo erro no futuro – frisou.

Procurador quer diálogo entre órgãos fiscalizadores

Ao prestar esclarecimentos à CPI do Apagão Aéreo sobre irregularidades constatadas em licitações de obras no aeroporto de Salvador, o procurador da República Danilo Pinheiro Dias reclamou da falta de comunicação entre os órgãos do sistema de fiscalização e controle do Estado brasileiro.

Segundo o procurador, a responsabilização de autores de crimes contra o erário seria facilitada caso houvesse uma comunicação mais próxima entre as entidades fiscalizadoras, ou seja, uma troca de informações pessoais entre seus membros e não apenas comunicações formais de ofício, como o encaminhamento de documentos e a

troca de correspondências.

Juntamente com a procuradora da República Juliana de Azevedo Moraes, Danilo apontou à comissão de inquérito várias irregularidades nas obras de R\$ 120 milhões contratadas pela Infraero à construtora OAS para a reforma e ampliação do aeroporto de Salvador. Entre as falhas identificadas, ele destacou a complementação fraudulenta de projetos e a inclusão, sem licitação, de itens no contrato.

O delegado da Polícia Federal (PF) Flávio Maltez Coca também apontou fraudes em obras administradas pela Infraero nos aeroportos de Fortaleza, Brasília e Cuiabá, constatadas em inquéritos instaurados pela PF.

Para Demostenes, compra de sistema foi “criminoso”

O relator da CPI do Apagão Aéreo, senador Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que o sistema de computação comprado sem licitação, da empresa FS3, pela Infraero, não é ruim, mas a operação foi feita de forma criminosa, com superfaturamento.

O sistema de gerenciamento e administração de publicidade aeroportuária Advantage V2, afirmou, foi “uma boa idéia”, porém o valor pago pela empresa foi muito alto. A Infraero pagou R\$ 26,8 milhões pela implanta-

ção do sistema, que, na avaliação do Tribunal de Contas da União, não valeria mais do que R\$ 3 milhões, segundo Demostenes.

– Houve evidente conluio – disse o senador.

O relator observou ainda que a empresa FS3 foi constituída apenas para vender o programa à Infraero e, conforme denúncias da empresária Silvia Pfeiffer, os verdadeiros donos da FS3 são o ex-presidente da Infraero Carlos Wilson e o funcionário da Infraero Fernando Brendália.

Infraero questiona privatizações

Em audiência na Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, o novo presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi, questionou a idéia da privatização dos aeroportos brasileiros.

– Dos 67 aeroportos administrados pela Infraero, só dez têm lucro. Quem vai assumir os custos dos 57 que têm déficit? Essa pergunta precisa ser respondida – afirmou.



Gaudenzi alerta para situação de déficit em muitos aeroportos

ÉTICA Suposta compra de emissoras em nome de “laranjas” motiva nova investigação contra presidente do Senado



Por unanimidade, senadores presentes à reunião da Mesa acataram representação do DEM e do PSDB

Conselho abre novo processo contra Renan

A Mesa do Senado enviou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nova representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar, dessa vez protocolada pelo DEM e pelo PSDB. O colegiado deverá investigar denúncia publicada pela revista *Veja* de que Renan Calheiros teria comprado, em parceria com o ex-senador e usineiro João Lyra, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas que estariam registrados em nome de “laranjas”.

Após reunião em que a Mesa decidiu, por unanimidade, pelo envio da representação, o 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), que presidiu os

trabalhos, defendeu rapidez nas investigações, “para encerrar essa novela de uma vez por todas”.

Com o encaminhamento da representação, o Conselho de Ética deverá dar início ao terceiro processo contra Renan. O presidente do Senado já está sendo investigado em duas representações protocoladas pelo PSOL, com base em denúncias da revista *Veja*. A primeira visa apurar se Renan teve parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior e a segunda se destina a investigar as relações do senador com a cervejaria Schincariol.

O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, afirmou que

essa terceira representação contra Renan pode ser questionada judicialmente ou mesmo no Plenário da Casa. Isso porque, de acordo com Cascais, cinco dos sete membros da Mesa que participaram da reunião pertencem ao DEM ou ao PSDB e, portanto, deveriam ter se considerado impedidos de votar por se tratar de assunto de interesse dos respectivos partidos.

Para Alvaro Dias, não há qualquer impedimento por parte dos integrantes da Mesa.

– Nós deliberamos em nome da Casa e não do partido, mas o Renan tem o direito legítimo de questionar essa decisão, caso considere que houve inconsistência – argumentou.

João Pedro relatará segunda representação

O senador João Pedro (PT-AM) será o relator da segunda representação contra Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, conforme anunciou o presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO).



João Pedro

Membro suplente do conselho, João Pedro terá que ser designado titular pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC), para assumir a relatoria. De acordo com Quintanilha, o novo relator irá estabelecer o cronograma dos trabalhos.

A segunda representação, protocolada pelo PSOL, tem por objetivo apurar a denúncia de que Renan teria atuado para livrar a

cervejaria Schincariol de dívidas junto a órgãos do governo federal, após a empresa ter adquirido uma fábrica de seu irmão, deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), por preço acima do de mercado. No mesmo processo, serão investigadas também suspeitas de apropriação ilegal de terras em Alagoas.

Renato Casagrande (PSB-ES), um dos relatores da primeira representação por quebra de decoro parlamentar contra Renan – a que investiga suspeita de que o presidente do Senado teria tido parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário de uma construtora –, informou que

a perícia que a Polícia Federal realiza nos documentos apresentados por Renan Calheiros em sua defesa será encaminhada ao conselho nesta segunda-feira.

A finalização da perícia estava prevista para o dia 14 último, mas a solicitação de documentos complementares levou a um alongamento do prazo. Após a entrega da perícia, disse Casagrande, o Conselho de Ética dará conhecimento da mesma a Renan, que será, então, convidado a se pronunciar no colegiado.

– Depois do pronunciamento do senador no conselho, se a perícia tiver sido conclusiva, vamos elaborar rapidamente nosso relatório – afirmou Casagrande, ressaltando que o colegiado mantém a previsão de votação do parecer até o fim deste mês.

Usineiro é movido pelo ressentimento, diz Renan

“A carta aberta do ex-deputado federal João Lyra é um triste retrato da mentira e da hipocrisia”, afirma o senador Renan Calheiros em nota em que rebate acusações contidas em carta aberta do usineiro João Lyra.

De acordo com Renan, a carta “é a mais expressiva demonstração do ressentimento de quem me atribui responsabilidade pela acachapante derrota nas eleições para o governo de Alagoas, caracterizando, de uma vez por todas, a existência de uma questão política local levada para o lado pessoal”.

João Lyra, em sua carta, afirma ser vítima de calúnia desde que se afastou politicamente de Renan. Questiona se o peemedebista é a “reserva moral que alega ser” porque aceitava vantagens de “um criminoso” – forma como o parlamentar chamou o usineiro em declarações anteriores – e por ter sido, nessa condição, recebido por Renan, quando o senador assumiu a Presidência

da República.

O senador explica que, à frente da Presidência, em substituição ao presidente Lula e ao vice, José Alencar, recebeu toda a bancada alagoana e atendeu aos “insistentes apelos” do usineiro para ser fotografado ao lado dele. Renan diz que, à época, João Lyra “implorava” pelo seu apoio para sua candidatura a governador.

Em outro trecho, Lyra nega ser acusado de “crimes de mando e sonegação fiscal” e assegura ter sido sócio do senador em empresas de comunicação, como foi denunciado pela revista *Veja*.

O comparecimento para depor no Conselho de Ética e a abertura dos sigilos fiscal e bancário foi a sugestão dada por Renan ao usineiro. “Se ele abrisse os seus sigilos bancários e fiscais, como eu fiz espontaneamente, e comparecesse ao Conselho de Ética para ser inquirido como os demais, estaria desvendada a trama que armou”, propôs o presidente do Senado.



LEOPOLDO SILVA

Em nota, Renan Calheiros afirma que declarações de João Lyra representam “um triste retrato da mentira e da hipocrisia”

Tuma ouviu ex-diretor de O Jornal e primo de Renan

Em depoimento na sexta-feira ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), Luiz Carlos Barreto, ex-diretor de *O Jornal*, afirmou que houve reuniões entre Renan Calheiros e o usineiro João Lyra para a compra do periódico. Segundo Barreto, foi acertado que o jornal seria comprado por R\$ 700 mil, mais o valor relativo aos encargos trabalhistas e fiscais, por meio da JR Radiodifusão, empresa que teria sido registrada em nome de “laranjas”, mas que em verdade seria propriedade de Renan e Lyra.

No mesmo dia, Tito Uchôa,

primo do presidente do Senado, colocou-se à disposição do corregedor para uma acareação com o usineiro, que afirmou a Tuma ter sido sócio de Renan em emissoras que ficaram em nome de Uchôa.

Tito Uchôa procurou o corregedor exatamente quando era procurado por ele em Alagoas.

– Resta saber se o depoimento seria perante a Corregedoria ou o Conselho de Ética – declarou Romeu Tuma, observando que João Lyra alegou constrangimento em depor no Senado, já que a instituição é presidida por Renan.

Alvaro Dias vai propor mudanças no Código de Ética do Senado

O 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), defendeu uma mudança no Código de Ética e Decoro Parlamentar com o objetivo de retirar a obrigatoriedade de as representações contra senadores por quebra de decoro serem encaminhadas ao Conselho de Ética pela Mesa da Casa. Conforme o senador, essa obrigatoriedade “é meramente protelatória”

e prejudica os trabalhos do conselho.

– Já temos uma minuta [de projeto] pronta para que as representações dêem entrada diretamente no conselho, acabando com a passagem obrigatória pela Mesa – anunciou Alvaro, que presidiu a reunião da Mesa na última quinta-feira.

Segundo o artigo 14 do Código de Ética, a representação

contra senador por fato sujeito à pena de perda de mandato será inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao conselho, exceto nos casos em que o processo tenha origem no próprio colegiado.

Ao justificar a necessidade de alterar a norma, Alvaro citou como exemplo a representação do PSOL contra Gim Argello (PTB-DF), que está parada desde o dia 17 de julho à espera

de convocação de reunião, por parte do presidente do Senado, Renan Calheiros, para deliberar sobre o caso.

Questionado se a reunião de quinta-feira não poderia ter deliberado também sobre a representação contra Argello, Alvaro Dias explicou que não lhe cabia, mesmo na condição de vice-presidente do Senado, decidir sobre o assunto.

– Convocar a reunião da Mesa para encaminhar representação contra senador é uma prerrogativa do presidente do Senado, que só não presidiu a reunião porque se tratava de uma ação contra ele mesmo – explicou.

O PSOL solicita que seja apurado o envolvimento de Argello no esquema de corrupção investigado pela Operação Aquarela, deflagrada no Distrito Federal.

PLENÁRIO

Efraim critica idéia de Constituinte exclusiva

O governo, de acordo com Efraim Morais (DEM-PB), tem a aspiração de perpetuar o presidente Lula no poder, a partir do momento em que passou a defender a realização de uma Constituinte exclusiva, para funcionar paralelamente ao Congresso Nacional, com o objetivo de fazer a reforma política.

Segundo o senador, o PT avisou que a convocação dessa Constituinte deverá constar das resoluções de seu terceiro congresso, a ser realizado no final deste mês.

– A suspeita geral, e até que me provem o contrário dela compartilhado, é de que a tal Constituinte é um expediente para a implantação entre nós de um projeto político de índole chavista – disse.

Esse projeto, complementou Efraim, seria retirar da futura Carta o limite das reeleições. O senador assinalou que tal proposta não passaria no Congresso, “pois nem mesmo na base governista há consenso para a adoção de tal medida, e, por esse motivo, o PT, alegando o propósito de dotar o

país de um sistema político mais eficaz e transparente, resolveu defender a Constituinte exclusiva, sem partidos”.

– O PT doura a pílula para que a sociedade a engula na suposição de que lhe será benéfica.

Efraim declarou, no entanto, que uma Constituinte – exclusiva ou não – só se justifica quando há ruptura institucional e da ordem jurídica, mas esse não é o caso no momento, pois “as instituições funcionam na sua plenitude, o país vive dentro do Estado democrático de direito e o Congresso Nacional está perfeitamente capacitado a empreender a reforma política, tanto que já vem discutindo o assunto”.

– Não posso deixar de consi-



J. FREITAS

Para Efraim, proposta do PT é suspeita e pretende perpetuar Lula no poder

derar o modelo do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que, depois de fazer aprovar uma Constituição a seu feitio, decide agora reformá-la para garantir sua perpetuidade no poder.

Para Simon, Renan deve licenciar-se da Presidência

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a sociedade tem cobrado do Senado uma solução para a questão de o presidente do Senado, Renan Calheiros, não ter se licenciado do cargo enquanto enfrenta processos no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O senador pediu que Renan se afaste da Presidência da Casa.

Simon ainda analisou a reforma política. Afirmou que o projeto aprovado na Câmara sobre

o assunto é pior do que a lei em vigor. Ele tratou ainda da possibilidade de o Brasil caminhar para a democracia direta, o que permitiria que o povo se manifestasse sobre se Lula pode ou não se candidatar novamente.

– Esses movimentos de empresários, de advogados, como o Cansei, são importantes. Mas o movimento para valer, que é o que eu defendo, tem de ser da sociedade, dos jovens – disse.

Paim comemora aprovação de ZPEs e da Sudesul

A aprovação de três projetos de sua autoria na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo foi comemorada por Paulo Paim (PT-RS). A primeira proposta (PLS 261/07) é para recriar a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) e as outras duas para a criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs), na região do Vale dos Sinos (PLS 364/07) e no norte do Rio Grande do Sul (PLS 366/07).

Mão Santa critica presidente do movimento “Cansei”

O senador Mão Santa (PMDB-PI) chamou de “tolo, ignorante e imbecil” o executivo Paulo Zottolo, presidente do Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros conhecido como “Cansei”, que declarou que “se o Piauí deixar de existir, ninguém vai ficar chateado”. Mão Santa salientou que o Piauí sempre prestou relevantes serviços ao país, inclusive com políticos de expressão. Como exemplo, citou Petrônio Portela, ex-presidente do Senado.

Garibaldi defende o aeroporto de São Gonçalo

De acordo com Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o aeroporto de São Gonçalo, a ser construído a 15 km de Natal, terá posição estratégica na logística da aviação brasileira, além de desafogar o tráfego aéreo em São Paulo.

Segundo o senador, grande parte dos problemas aéreos brasileiros seria resolvida com a construção desse aeroporto, em conjunto com a construção do complexo de Cumbica/Viracopos, em São Paulo.

Garibaldi lembrou ainda que a localização estratégica do seu estado – com a maior projeção para o Oceano Atlântico – favorece a construção de um aeroporto, porque, além de descentralizar o tráfego aéreo nacional, será fundamental para a redistribuição de cargas, facilitará as exportações, com destaque para a Europa, além de ser um instrumento para o fortalecimento do turismo nordestino.

Ele afirmou que, por sua importância nacional, o projeto é defendido também fora do Rio Grande do Norte.

Mesquita: integração será maior com Parlamento

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), eleito na terça-feira presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, disse que a instituição beneficiará a América Latina com avanços nas áreas política e econômica. Ele salientou que a busca de novas formas de cooperação contribuirá para a superação de problemas sociais enfrentados pelos latino-americanos.

Mesquita Júnior defendeu esforços para que a sociedade brasileira saiba como funciona o Parlamento do Mercosul,

quais seus objetivos e como os brasileiros poderão beneficiar-se com a integração regional. Para isso, disse, conta com o auxílio dos meios de comunicação do Senado e da Câmara, bem como com o Programa Interlegis e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

As diferenças econômicas, demográficas, de poder e de expressão entre os países, ressaltou o senador, não devem ser empecilho para a consolidação de instituições regionais. É preciso seguir o exemplo da União Européia, frisou ele.

Maçonaria homenageia Ellen Gracie

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) contou em discurso no Plenário que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie Northfleet, foi homenageada na quinta-feira pela maçonaria brasileira. Segundo Mozarildo, a presidente do Supremo recebeu homenagem por sua competência, integridade e trajetória de carreira. O senador por Roraima lembrou que teve início na semana passada uma série de eventos relacionados com a semana do maçom.

Destaque para participação feminina

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) registrou a realização da 10ª Conferência Regional da Mulher da América Latina e do Caribe, que aconteceu na semana passada, em Quito, no Equador. Ela ressaltou que uma das propostas do documento final do encontro – do qual participou representando o Congresso – defende a adoção de medidas e mecanismos, inclusive reformas legislativas, para garantir às mulheres maior participação em cargos públicos e representação política com a meta de alcançar paridade nas instituições públicas.

Adelmir Santana ressalta fomento ao ensino técnico

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) celebrou na sexta-feira a iniciativa do governo do Distrito Federal de aumentar os investimentos em ensino técnico para ampliar a formação de jovens entre 16 e 24 anos. Referia-se a convênio que acaba de ser firmado entre este governo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), para ampliar a oferta de cursos.

Da mesma forma, Adelmir elogiou as iniciativas do governo federal nessa direção. Ele lembrou que, no tocante à educação, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)



JANE ARAÚJO

Adelmir aplaude convênio entre governo do Distrito Federal, Senac e Senai

preceitua a instalação de mais de 150 escolas técnicas em cidades-pólos do país até 2010. E observou que o DF receberá algumas dessas novas escolas.

HOMENAGEM

Senado lembra os 180 anos de criação dos cursos jurídicos

O Senado realizou na terça-feira homenagem aos cursos jurídicos do país, que completaram, no dia 11 de agosto, 180 anos de criação. Os primeiros cursos de Direito do país foram criados em 1827, em São Paulo e Olinda.

A homenagem foi requerida pelo senador Marco Maciel

(DEM-PE). Compuseram a Mesa o ministro do Superior Tribunal Militar Flávio Bierrenbach; o professor João Grandino Rodas, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); a professora Luciana Grassano Mélo, diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal

de Pernambuco (UFPE); o ex-presidente da OAB Roberto Busato e o deputado federal Michel Temer (PMDB-SP).

Marco Maciel comentou que o país, após a Independência, carecia de instituições.

– Na Independência, o Brasil era ainda Estado em formação,

sem projetos definidos e instituições estruturadas, um quadro que se prolongou até a primeira metade do século 19 – afirmou o parlamentar.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se preocupado com o excesso de faculdades de Direito no país, que

já somam 1.139. Ele concorda com o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, que condenou “a proliferação, massificação e banalização” dos cursos jurídicos no Brasil, em mensagem pelos 180 anos da criação dos primeiros cursos de Direito.

Voz do Leitor

TAXA TAPA-BURACOS

“Sou a favor da cobrança da taxa de manutenção de vias públicas (conhecida como taxa de buraco, paga junto com o IPTU em vários municípios), mas é preciso que o governo tome providências para que os usuários sejam ressarcidos de todo e qualquer prejuízo que venham a sofrer devido à falta de manutenção nas vias e que seja divulgado o órgão fiscalizador responsável por essa questão.”

Eliezer da Silva, de Jabotão dos Guararapes (PE)

HOMOSSEXUALISMO

“Não concordo com o projeto de lei que torna crime a discriminação e o preconceito contra homossexuais, prevenindo pena de três a cinco anos de reclusão. Esse projeto poderá impedir as igrejas católicas e protestantes de afastar padres e pastores homossexuais de suas atividades em suas respectivas instituições, caso os mesmos desobedeçam às normas de suas doutrinas no que diz respeito ao comportamento e à moralidade, além de se tornarem obrigadas por lei a realizar casamentos de pessoas do mesmo sexo! Não é justo impor às igrejas obrigações que elas não podem cumprir. Eu, como cidadão brasileiro e eleitor, exijo a permanência da liberdade religiosa deste país, que é uma garantia constitucional.”

Weliton José dos Santos, de Santo Antônio do Monte (MG)

CAOS

“É indubitável que o Brasil caminha para o caos, o mais grave é que os poderosos do país acham que estão livres das catástrofes. Corrupção e greve demasiadas, fome e violência, além de grandes desastres aéreos e terrestres,

reforçam bem esse paradigma.”

Hilda Batista de Jesus, de Irecê (BA)

JÚLIO REDECKER

“Por ironia do destino perdemos um dos parlamentares mais combativos da CPI do Apagão Aéreo da Câmara! O deputado Júlio Redecker foi o parlamentar que mais atuou na luta para apurar as mazelas do pandemônio aéreo brasileiro. Um deputado atuante que permanecerá como exemplo para muitos jovens. Todavia, não podemos ficar parados. Mais uma tragédia exige urgentemente uma resposta às famílias das vítimas do acidente com os aviões da Gol e da TAM, e principalmente a todos os brasileiros que não agüentam mais as filas e os atrasos de vôos nos aeroportos de todo país.”

Elias Cavalheiro Villar, do Rio de Janeiro (RJ)

ESPORTE

“A respeito dos atletas que colocaram o Brasil entre as nações que mais prestigiam o esporte, gostaria que houvesse uma lei que obrigasse as estatais, como a Petrobras, a investir em atletas do esporte olímpico (todas as categorias, principalmente as menos conhecidas). Não é possível que alguém que ganha uma medalha de ouro para o nosso país trabalhe como garçom para se financiar, porque o governo não ajuda. Querer ver o Brasil entre os melhores, todos querem, principalmente o governo, ajudar é outra história!”

Franz Josef Hildinger, de Praia Grande (SP)

POLÍTICA

“O país precisa de uma revolução política educativa!”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

As senadoras Fátima Cleide e Ideli Salvatti (ao microfone) participam de manifestação do Dia Nacional de Mobilização da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no gramado em frente ao Congresso Nacional. Entre as reivindicações da CUT estão a manutenção do veto à Emenda 3 e a garantia do direito de greve, além de reforma agrária, previdência pública universal e redução dos juros e do superávit primário

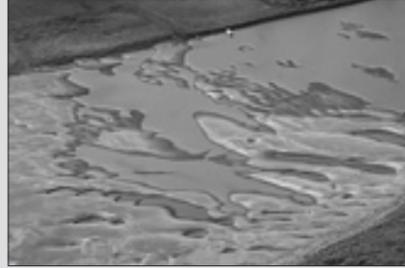


J. FREITAS

Ambiente legal

Árvores contra aquecimento

O pesquisador Antônio Carlos Ferreira, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, defende o replantio de áreas desmatadas, que resultaria em uma nova cobertura vegetal para o planeta, como boa medida para minimizar algumas das consequências do aquecimento global. Antonio Carlos destaca ainda a importância de iniciativas individuais, a exemplo da redução do consumo de água e energia



ANA CLAUDIA JATAHY/GREENPEACE

no dia-a-dia. Ele adverte que a violenta seca que atingiu o Amazonas no ano passado (foto) e as fortes tempestades no Sul mostram que o Brasil não está livre dos efeitos do aquecimento global.

Opções para fabricar etanol

No Japão, o Ministério da Agricultura anunciou um projeto destinado a produzir biocombustíveis a partir dos componentes não-comestíveis do arroz. Alguns países já

implementaram projetos para a fabricação de etanol com partes descartadas dos alimentos. A empresa canadense Iogen inventou um sistema que utiliza a palha do trigo.

Esperança no hidrogênio

O projeto europeu Hydrosol construiu um reator simples capaz de produzir hidrogênio, com eficiência recorde de 70%, a partir da água, utilizando

apenas a energia solar. Pesquisas mostram que o hidrogênio é o candidato natural para ocupar o posto de fonte de energia limpa em escala planetária.

“Lembre-se de que você também é uma parte do mundo da natureza e, conseqüentemente, uma criatura com ciclo, ritmo e época”, aconselha a psicóloga Angélica Rodrigues Santos, do Instituto Pleno Ser. “Respeite – diz Angélica – os ritmos do dia, as estações do ano e os ciclos de sua vida para ser mais sadio e feliz.”

DIETA PARA CURAR DOENÇAS - Para o professor Val Smith, da Universidade de Kansas (EUA), o futuro do tratamento de doenças pode estar no corte de suprimento de nutrientes para os organismos patogênicos, alterando a dieta do paciente. Estudo conduzido pelo professor sugere, por exemplo, diminuir o consumo de ferro ao mínimo necessário à sobrevivência: não haveria nutriente para ser usado pelos elementos patogênicos, suprimindo a infecção e restabelecendo a constituição de ferro.

COMER COM PRAZER EMAGRECE? - O ato de se alimentar com prazer pode ajudar na perda de peso, segundo estudo do Grupo de Reflexão sobre Obesidade e Sobrepeço. A sensação agradável de comer o que se gosta contaria quase tanto como as quantidades ingeridas. Um dos médicos franceses responsáveis pela pesquisa afirmou que o “gosto” tem um papel fundamental na redução psicológica do apetite, enviando ao corpo um sinal de saciedade.

Frases

“Os trabalhadores também querem se manifestar cansados. Cansados com as condições de trabalho que os empresários impõem”

Ideli Salvatti, explicando que manifestação da CUT respondeu ao “Cansei”, contra a crise aérea e a corrupção.

“A saúde hoje está melhor por causa da CPMF? Não. Então, temos de deixar a CPMF acabar no final do ano”

José Agripino, ao anunciar que o DEM vai votar contra a prorrogação da CPMF.

“A licença fragiliza e prejudga. O que estamos tentando mostrar é que temos uma prova para cada maledicência. Se eu tivesse me licenciado, teria passado (...) o entendimento de que eu estava concordando com o que estavam dizendo de mim”

Renan Calheiros, explicando por que permanece na Presidência do Senado.

“O projeto marca a hora e o dia da traição e da infidelidade”

Efraim Moraes, sobre projeto relativo à fidelidade partidária, aprovado na Câmara.

“Nós, mulheres, precisamos ser ‘empoderadas’. Precisamos discutir a mulher nos espaços políticos de poder”

Serys Slhessarenko, anunciando a 2ª Conferência Nacional de Política para Mulheres.

“Não podemos permitir que as agências reguladoras deixem de ser órgãos de Estado para ser de governo”

Delcídio Amaral, advertindo que os acidentes aéreos provocaram “uma verdadeira guerra” contra as agências reguladoras.

“Hoje [16 de agosto], ó tolo, é o aniversário de Teresina, que foi a primeira capital planejada deste país e inspirou Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas”

Mão Santa, em resposta a Paulo Zottolo, para quem o movimento “Cansei” quer mexer “o marasmo cívico do país, que estaria sendo levado a se transformar em um Piauí”.

Prorrogação da CPMF em debate

Governo e oposição devem se envolver, neste segundo semestre legislativo, na análise da proposta que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o chamado imposto

do cheque. A oposição trabalha pelo fim da contribuição, mas o governo não pretende abrir mão dos R\$ 39 bilhões que o tributo deverá render no ano que vem. A polêmica também envolve os governadores, que querem divi-

dir o dinheiro do imposto com o Executivo. A proposta tramita na Câmara dos Deputados, de onde será enviada ao Senado.

Por que o governo pretende prorrogar a cobrança? A manutenção do imposto é positiva para

o cidadão? E por que o dinheiro arrecadado com a CPMF, que deveria atender à saúde, mudou de destino? Essas e outras questões serão debatidas no *Conexão Senado*, nesta segunda-feira, ao meio-dia.

Zé Luiz Mazziotti no Escala Brasileira

Zé Luiz Mazziotti canta Chico Buarque - com a participação do próprio Chico na música *Cadê você* -, nome do CD cujo lançamento vai ser reprisado nesta quinta-feira, às 23h, pelo programa *Escala Brasileira*, da Rádio Senado.

Dono de uma voz de tim-

bre grave, Mazziotti iniciou a carreira no grupo vocal Canto 4, vencedor do festival da TV Record, em 1966.

O primeiro disco, em 1979, teve arranjos de Dori Caymmi e Gilson Peranzetta, com participação especial de Nana Caymmi. Dois anos depois o cantor lança *Sinais*. Em 1984, o terceiro disco tem produção musical de Nana Caymmi.

Em 1985, fixa residência em Paris. Em 1992, participa do Novo Festival da MPB da TV Record e ganha o prêmio de melhor intérprete. Em 1995, de volta ao Brasil, grava o CD *José Luiz Mazziotti*, produzido por Leny Andrade.



LANÇAMENTO DO CD *Cadê você*, em que Mazziotti canta músicas de Chico Buarque, é atração da Rádio Senado

Marisa Serrano analisa o contexto agrícola



Impactos da crise financeira internacional também serão debatidos por Marisa Serrano

O programa *Senado Economia*, da Rádio Senado, recebe nesta segunda-feira, às 8h30, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Ela vai tratar dos efeitos do dólar desvalorizado sobre a agricultura brasileira e das crises que atingem o setor agrícola no Mercosul.

Os impactos da crise financeira internacional sobre o comércio exterior brasileiro também serão debatidos pela senadora. Outro assunto é o projeto de lei apresentado por Marisa Serrano que isenta os produtores rurais de alguns tributos.

Ministra Matilde Ribeiro fala sobre igualdade racial

O trabalho desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial é o assunto do programa *Fique por Dentro da Lei*, que a Rádio Senado transmite nesta terça-feira, às 8h30. A ministra Matilde Ribeiro, além do sistema de

cotas, vai falar de outras ações promovidas pela secretaria, em parceria com órgãos dos governos estaduais e municipais.

O tema foi sugerido pela ouvinte Ana Cláudia Matos da Silva, de São Félix do Tocantins.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Inclusão
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Eco Senado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado
7h15 - Eco Senado
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração
8h30 - TV Brasil Internacional
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Inclusão
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Eco Senado
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Especial
16h30 - Especial
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial
22h30 - Diplomacia
23h30 - De coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Eco Senado
2h30 - Inclusão
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração
9h - Inclusão
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Alô Senado
11h15 - Eco Senado
11h30 - Especial
12h - Brasil Eleitor
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Inclusão
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Especial
22h - Especial
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

RESENHA

O olhar de um ressentido capitão alemão

ALEXANDRE GUIMARÃES

“No outono de 1824, anseios extravagantes de ser feliz e de gozar a vida, desejos que se não realizaram e esperanças que se frustraram, levaram-me a uma viagem ao Brasil.” Assim o ex-oficial do Corpo de Estrangeiros C. Schlichthorst inicia *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*, livro da Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros, do Senado Federal.

Cabe explicar o que este alemão quis dizer com respeito a desejos não-realizados e esperanças frustradas. Apesar do que sempre aprendemos nos livros de história, a proclamação da Independência do Brasil não foi tão tranqüila. Dom Pedro I encontrou uma forte oposição interna, principalmente dentro das tropas portuguesas. Resolveu então expulsá-las do país em 1823.

O Brasil precisava de um novo Exército que garantisse a independência, mas soldados não se preparam sozinhos. A solução veio da imperatriz, a austríaca dona Leopoldina, e consistia em trazer os bem-preparados

soldados alemães. Não foi tão fácil: a Convenção de Viena de 1815 proibia e dom Pedro era visto como um usurpador do trono pelos europeus.

Coube a um amigo da imperatriz, major Johann Anton von Schaeffer, recrutar soldados e colonos, uma vez que o país também precisava de mão-de-obra. Nomeado Agente de Afazeres Políticos no Brasil, coube a ele prometer terras, ferramentas, gado, sementes, auxílio financeiro por dois anos e isenção de impostos por dez anos, de forma a criar algum atrativo aos alemães se arri-

scarem num território desconhecido.

Voltando ao livro: as promessas não foram plenamente cumpridas, muitas vezes os estrangeiros se viram completamente enganados. Schlichthorst acredita ser um desses. Faz uma narrativa do Rio de Janeiro repleta de mágoa e sob o comum olhar europeu do século 19, no qual o Novo Mundo é uma terra de costumes bárbaros e longe da “civilização”. Certamente, por esses motivos, a obra é uma interessante e valorosa leitura.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*, de C. Schlichthorst, coleção *O Brasil Visto por Estrangeiros*, do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Professor do Texas faz palestra no Unilegis

O auditório do Interlegis recebe nesta segunda-feira, às 10h30, o diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Texas, nos Estados Unidos, Lawrence Sager. Ele fará palestra sobre o tema “Teoria geral da prática constitucional americana: atualidade e desafios futuros”. O evento será transmitido por videoconferência e por *videostreaming*, na internet. A palestra terá tradução simultânea.

Sager foi eleito o palestrante do ano de 2007, do prêmio William Fullbright Memorial Lectures on Public Law, instituído por um grupo de renomados juristas e

instituições acadêmicas do Brasil. O prêmio é coordenado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) brasileiro, Antonio Herman Benjamim, que escolhe, a cada dois anos, “um consagrado estudioso norte-americano da área do Direito Público”.

Este ano comemoram-se os 50 anos de atividade da Comissão Fullbright no Brasil. O prêmio tem o nome do senador norte-americano J. William Fullbright, autor da proposta de uma lei que, desde 1946, incentiva o intercâmbio acadêmico e de idéias entre os Estados Unidos e outros países. O professor Sager é apontado pelos divulgadores

do prêmio como “um dos mais importantes constitucionalistas dos Estados Unidos”, tendo sido também professor em outras faculdades americanas.

Além do Senado e da Comissão Fullbright, o evento é patrocinado pelo Departamento de Estado e Embaixada dos Estados Unidos, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, Associação dos Juizes Federais do Brasil e Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro.

CRE homenageia seus ex-presidentes

Em cerimônia realizada na quarta-feira, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) fixou os quadros de três senadores e de um ex-senador na galeria de ex-presidentes da comissão. São eles: Jefferson Péres (PDT-AM), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP) e o ex-senador Roberto Saturnino.

O atual presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), acompanhado do vice, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidiu a sessão especial. Com exceção de Saturnino, os ex-presidentes

homenageados também estiveram presentes.

Acompanharam a sessão Pedro Simon (PMDB-RS), Augusto Botelho (PT-RR) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), além de Maria Edileusa Reis, representante do Itamaraty, e dos embaixadores da Alemanha, Marrocos, Canadá, Angola e México, Indonésia, Sérvia, Moçambique.



ASSUNÇÃO COSTA

Atual presidente da comissão, senador Heráclito Fortes coordena a cerimônia

Arquivo aberto



ROOSEVELT PINHEIRO

Em 25 de agosto, comemora-se o Dia do Soldado. Data de nascimento do Patrono do Exército, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que “ostentou ao longo da vida de serviços à Pátria todos os títulos que marcam e ornaram os nomes tutelares de uma nação”, nas

palavras do senador Petrônio Portella em 25 de agosto de 1970. Em 1983, o senador Jorge Kalume também lembrou as glórias do militar: “Admirável brasileiro que à Pátria tudo deu e nada pediu, (...) eminente patricio, soldado e estadista, que personificou o Brasil”.

Há 25 anos – Em 24 de agosto de 1982, Esther de Figueiredo Ferraz foi a primeira mulher brasileira a ocupar a cadeira de ministro de Estado. Dias depois, em 31 de agosto, o senador Lourival Baptista fez pronunciamento elogiando a trajetória de luta da “primeira mulher a exercer, em nosso país, o cargo de ministro de Estado da Educação e Cultura, merecedora da confiança integral do chefe da nação. A professora Esther de Figueiredo Ferraz sempre foi, no decorrer de sua vitoriosa trajetória no cenário da administração pública, tanto no plano federal como no estado de São Paulo, de onde irradiou o seu prestígio cultural para todo o Brasil, uma exímia educadora”.

Há 95 anos – Em 23 de agosto de 1912, nasceu o dramaturgo, escritor e jornalista Nelson Rodrigues. O programa da Rádio Senado *Prosa e Verso* do dia 9 de fevereiro de 2007 apresentou a leitura de *O anjo pornográfico*, de Ruy Castro, uma biografia de Nelson Rodrigues. No programa *Arte e Cultura* da TV Senado foram apresentados trechos do filme *Versos*, de Nelson Rodrigues. Em 29 de abril de 1997, o senador Abdias Nascimento ressaltou, em Plenário, o talento do escritor: “Nelson Rodrigues é visto como aquele que representou para o palco o que trouxeram Villa-Lobos para a música, Portinari para a pintura, Niemeyer para a arquitetura e Drummond para a poesia”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Escola: como encarar o mau desempenho

Um bom desempenho escolar é muito importante para a integração da personalidade infantil e o desenvolvimento da auto-estima. Assim, torna-se necessário oferecer à criança todas as condições para atingi-lo. No entanto, os especialistas alertam para o fato de que cada pessoa tem seu próprio ritmo de crescimento, compreendendo várias etapas. É importante saber que esse crescimento não ocorre de forma linear. Muitas vezes deve-se aceitar, com tranquilidade e objetividade, paralisações e retrocessos. Veja, nesta última edição sobre educação, como agir diante de um desempenho escolar insatisfatório.



FLÁVIO FARIAS/JS

O estímulo a atividades como a leitura pode ser decisivo para evitar que a criança se sinta fracassada

Aprovação nem sempre depende apenas do aluno

Os estudiosos da educação advertem que, além da falta de empenho, outros problemas podem ser causa do desempenho escolar insatisfatório e até de reprovação. Fatores como a atuação do professor, a estrutura e o funcionamento do ensino, o material di-

dático e a própria ação dos pais devem ser considerados como decisivos no processo. As questões a seguir são um roteiro para identificar os problemas e delinear um plano de ação para ajudar a recuperar o desempenho do aluno.

Como é a escola?

- ✓ Que condições ela tem oferecido ao seu filho? Espaço, equipamentos, número de alunos por sala, material didático, normas e regulamentos e apoio pedagógico são adequados? Algum desses fatores pode estar contribuindo para o mau desempenho?
- ✓ E os professores? São preparados, experientes? Oferecem apoio adequado?
- ✓ Quais as queixas do seu filho?
- ✓ Como contornar possíveis problemas nessa área?

Como está o seu filho?

- ✓ Ele entende bem o que o professor diz?
- ✓ Ele interage com o professor, ou não o faz por medo de ser criticado ou corrigido?
- ✓ Ele está motivado para continuar se esforçando?
- ✓ Ou já se convenceu de que é "fraco" nos estudos e está resignado com isso?
- ✓ Ele apresenta apatia ou desânimo, passividade, alienação?
- ✓ Ele pode ter se tornado agressivo

e/ou indisciplinado por estar convencido de que não consegue?

Como é a vida do seu filho?

- ✓ Ele tem uma rotina definida, flexível porém estável, que destina tempo para brincar, estudar, descansar, ver televisão etc., e a obedece?
- ✓ Ele se alimenta e descansa adequadamente, e faz exercícios físicos regularmente?
- ✓ Ele tem ido ao oftalmologista, ao pediatra e ao dentista com a frequência necessária e recebido as vacinas de rotina?

Como é a atuação dos pais?

- ✓ A criança ouve que é amada e recebe carinho físico com frequência, independentemente do seu comportamento e resultados?
- ✓ As notas são analisadas em conjunto por pais e filhos com isenção e tranquilidade?
- ✓ A necessidade de melhoria e os planos para consegui-la são objetos de consenso obtido nas conversas entre pais e filho?
- ✓ As expectativas dos pais não podem estar sendo exageradas?

- ✓ Há tranquilidade para resultados esporádicos ruins ou fases não tão boas, normais do processo?
- ✓ A criança pode estar sendo protegida, ou cobrada, excessivamente?
- ✓ Há livros em casa, os adultos lêem e demonstram seu apreço pelo aprendizado?



Circle

Cuidados redobrados para déficit de atenção

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAHI) ocorre quando a região frontal do cérebro não funciona de forma satisfatória. Ligado à herança genética, mas com várias outras possíveis causas, esse distúrbio neurobiológico aparece na infância e pode acompanhar a pessoa por toda a vida. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o TDAHI atinge de 3 a 5% das crianças em todo o mundo. Em alguns países, como nos Estados Unidos, os portadores têm direito a tratamento diferenciado na escola.

O distúrbio se caracteriza por uma combinação de dois tipos básicos de sintomas – desatenção e hiperatividade (impulsividade) – e pode ser a causa de dificuldades na escola e no relacionamento com as outras crianças, os pais e professores. O portador sofre com:

- ⇨ Dificuldade de ouvir e de concentrar-se (está sempre distraído)
- ⇨ Falta de controle dos impulsos
- ⇨ Tendência ao adiamento de tarefas
- ⇨ Freqüente “sonhar acordado”
- ⇨ Falta de perseverança e a desorganização
- ⇨ Tendência de executar várias tarefas ao mesmo tempo, deixan-

do muitas inacabadas

- ⇨ Problemas de memória de curto prazo
- ⇨ Dificuldade para lidar com regras sociais e limites
- ⇨ Falhas de julgamento, interpretações errôneas
- ⇨ Dificuldade em expressar sentimentos
- ⇨ Ansiedade crônica, hiperatividade
- ⇨ Tédio, apatia, falta de motivação
- ⇨ Dificuldade em aprender com a experiência.

Só os profissionais especializados – médicos e psicólogos – têm condições de diagnosticar o TDAHI. O tratamento compreende medicamentos, psicoterapia (a terapia cognitivo-comportamental é a única reconhecida como capaz de tratar o TDAHI) e orientações aos pais e professores, além de técnicas específicas ensinadas ao portador.

O tratamento com fonoaudiólogo é recomendado nos casos em que existe um transtorno de leitura (dislexia) ou transtorno da expressão escrita (disortografia). O TDAHI não é um problema de aprendizado, como a dislexia e a disortografia. No entanto, as dificuldades para manter a atenção, e ainda a desorganização mais a inquietude, atrapalham o rendimento.

Menos brigas e castigos, mais apoio e disciplina

É natural que os pais tenham sentimentos como decepção, impotência, fracasso, raiva e desânimo diante da tão temida reprovação. O problema é que, sem conseguir pensar com clareza, eles muitas vezes expressam esses sentimentos, passando a desfiar uma lista de castigos e punições que acabam com a alegria de toda a família no fim de ano, sem de fato resolver o problema.

Sem se sentir apoiada e ajudada pelos professores e pais, a criança, mesmo a mais

inteligente, aos poucos vai se convencendo de que é incapaz de aprender. Termina o ano escolar sentindo-se humilhada e fracassada, certa de que não conseguiu êxito porque é menos dotada, inferior aos outros. Este é o momento em que ela mais precisa da compreensão e apoio dos pais, e da segurança do seu afeto. Passado o choque, é preciso deixar que ela usufrua as férias e, depois, construir com ela um plano de ação, acompanhando sua execução no ano seguinte.

Brincadeiras destrutivas podem causar danos ao aprendizado

Implicâncias entre colegas, inclusive pela internet e celular, fazem parte da vida escolar. O que preocupa é quando a implicância termina em agressão física e moral e está dirigida a um só aluno por longo período. Estudo recente concluiu que 40% dos estudantes brasileiros praticam ou sofrem esse tipo de perseguição na escola. A especialista Cleo Fante, autora do livro *Fenômeno bullying* (nome do problema em inglês), relaciona alguns sinais de que a criança está sendo perseguida.

- O estudante prefere ficar

trancado no quarto a sair com os amigos.

- Ele raramente é convidado para uma festa da escola.
- Suas notas pioram.
- Ele quer trocar de escola sem nenhuma razão convincente.
- Antes de ir ao colégio, sua muito e tem dores de barriga ou de cabeça.
- Ele manifesta o desejo de mudar algo em sua aparência.

Os pais, os professores e a direção da escola devem estar muito atentos para impedir danos emocionais e queda do desempenho escolar.

Saiba mais

Associação Brasileira do Déficit de Atenção
(21) 2295-0921
www.tdah.org.br

Teste para saber se a pessoa pode ter TDAHI (o diagnóstico definitivo deve ser dado por um profissional)
www.tdah.org.br/diag01.php

Endereços de serviços públicos de tratamento da TDAHI
www.tdah.org.br/tratar01.php